

Evidência

Revista Científica



hawking
EDITORA

Educação,
Gestão,
Sociologia &
Tecnologia

V.13 N.1 julho/setembro, 2023



2075-5300

REVISTA CIENTÍFICA EVIDÊNCIA
v.13 n.1 julho/setembro 2023

EDITORIAL: Betijane Soares de Barros

REVISÃO ORTOGRÁFICA: Editora Hawking

DIAGRAMAÇÃO: Luciele Vieira da Silva

DESIGNER DE CAPA: Editora Hawking

IMAGENS DE CAPA:

<https://www.canva.com/design/DAGCHfhKpxA/7mreo8N5S41ILNAR-sbClg/edit>

ARTE FINAL: Editora Hawking

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



A Revista Evidência está sob os direitos da Creative Commons 4.0

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

NOTAS DO EDITOR

Para baixar o PDF de cada artigo da Revista Evidência a partir do seu smartphone ou tablet, escaneie o QR code publicado na capa da revista, o qual irá remeter para a página da editora, local onde se encontra a mostra da versão impressa.

Revista Evidência / Editora Hawking

- Vol 13, n.1 (2024) – Trimestral

Maceió – AL: Editora Hawking, 2019 –

ISSN 2675-5300

1. Revista Evidência – Periódicos I. Brasil, Editora Hawking

Editora Hawking 2019

Av. Comendador Francisco de Amorim Leão, 255 - Farol, Maceió - AL, CEP 57057-780

Disponível em: www.editorahawking.com.br editorahawking@gmail.com

DIREÇÃO EDITORIAL

Dr^a Betijane Soares de Barros

Instituto Multidisciplinar de Alagoas – IMAS <http://lattes.cnpq.br/4622045378974366>

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a. Adriana de Lima Mendonça

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2001)

Mestre em Química e Biotecnologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2004)

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)

Pós-doutorado em Biotecnologia através do Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD/RENORBIO/CAPES,

2014)

<http://lattes.cnpq.br/0381713043828464>

Dr. Anderson de Alencar Menezes

Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 1998)

Bacharel em Teologia pelo Centro Unisal - Campus Pio XI (São Paulo) (UNISAL, 2002)

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2005)

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (UPORTO, Portugal, 2009)

<http://lattes.cnpq.br/3996757440963288>

Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Fregadoli

Bacharel em Farmácia pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 1999)

Licenciada em Educação Física pela Universidade Claretiano (CLARETIANO, 2019)

Tecnóloga em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL, 2015)

Especialista em Nutrição Materno-Infantil pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017) Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Farmácia Clínica Direcionada à Prescrição Farmacêutica pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Análises Clínicas pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2016)

Especialista em Plantas medicinais: manejo, uso e manipulação pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2001)

Especialista em Farmacologia: Atualizações e Novas Perspectivas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2002)

Mestre em Modelagem Computacional de Conhecimento pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011).

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2015).

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

Dr. Anildo Monteiro Caldas

Doutor em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista - FCAV/UNESP (2015), com período sanduíche em Universidad de Valladolid - Espanha, área de concentração "Ciência do solo / Linha de pesquisa Engenharia de água e solo". Mestre em Engenharia Agrícola e Ambiental pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2007), área de concentração "Engenharia de Água e Solo / Linha de pesquisa Solo e Geoprocessamento". Formado em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2004). Atual como professor Adjunto do Departamento de Tecnologia Rural da UFRPE. Tem experiência em Extensão Rural e Estágio de Vivência Rural Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas, Cartografia, SIG e Avaliação e Perícias Rurais.

<http://lattes.cnpq.br/6543959400281255>

Dra. Celia Nonata da Silva

Graduada em História licenciatura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 1995).

Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 1998).

Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 2004).

<http://lattes.cnpq.br/1245637151421828>

Dr. Eduardo Cabral da Silva

Graduado em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)

Graduado em Matemática pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 2015)

Mestre em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010) Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018)

<http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

Dr. Fábio Luiz Fregadolli

Bacharel em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 1996)

Mestre em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 2000)

Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, 2004) <http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

Dr^a. Jamyle Nunes de Souza Ferro

Bacharel em Farmácia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)

Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2012)

Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2016) Pós-doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018)

<http://lattes.cnpq.br/2744379257791926>

Dr^a. Laís Agra da Costa

Graduada em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011)

Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)

Doutora em Ciências Biológicas (Biofísica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2018) <http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

Dr. Patrocínio Solon Freire

Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 2000)

Bacharel em Teologia pela Universidade Pontifícia Salesiana (UPS- Itália, 2004)

Especialista em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 2004)

Especialista em Gestão Educacional pelas Faculdades Integradas Olga Mettig (FAMETTIG, 2006)

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2009) Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/5634998915570816>

Dr. Rafael Vital dos Santos

Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)

Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)

Especialista em Diagnóstico Molecular pela Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS, 2014)

Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010) Doutor em Materiais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/3000684462222111>

AVALIADORES DESTE NÚMERO

Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Fregadolli

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

Dr. Anildo Monteiro Caldas

<http://lattes.cnpq.br/6543959400281255>

Dr. Eduardo Cabral da Silva

<http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

Dr. Fábio Luiz Fregadolli

<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

Dr^a. Laís Agra da Costa

<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

Dr^a. Lucy Vieira da Silva Lima

<http://lattes.cnpq.br/0010369315381653>

Dr. Rafael Vital dos Santos

<http://lattes.cnpq.br/3000684462222111>

EDITORIAL

A Revista Científica Evidência (ISSN 2675-5300) foi criada em 2020, como decorrência de ações que visavam à implementação do conhecimento científico. E tem como objetivo disseminar resultados e reflexões advindos de investigações conduzidas nas áreas de educação, ciências, saúde, gestão, direito, administração, tecnologia e outros, com ética e eficiência, de forma a contribuir para a consolidação das áreas, para a formação de pesquisadores, e para a produção de conhecimentos, que fundamentem o desenvolvimento de ações educativas responsáveis e comprometidas com a melhoria do conhecimento científica e com o bem estar social.

De acordo com a política de acesso público e de direitos autorais adotada pela Revista Dimensão, que utiliza a Licença Creative Commons - CC BY, que permite que outros distribuam remixem, adaptem e criem a partir do meu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que atribua o devido crédito pela criação original. Deste modo, cedo à revista o direito de primeira publicação, com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista. A opção por uma publicação visa aproximar os trabalhos originais e inéditos nos diferentes domínios de Estudos. Se percebido do ponto de vista social, as questões mudam juntamente com a perspectiva. A soberania, por exemplo, deixa de ser uma esfinge e passa a ser percebida como um fato da vida. Do mesmo modo, os elementos que mais chamam a atenção passam a ser aqueles relacionados à interação entre sistemas.

Sejam bem vindo e boa leitura.

Betijane Soares de Barros

SUMÁRIO

VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR E OS AVANÇOS TECNOLOGICOS

Josefa Profririo da Silva Anibal	
Andrea Marques Vanderlei Fregadolli	
Maria Goretti Fernandes	
Idabel Nascimento da Silva	
Antônio Marques da Silva.....	01

MÍDIA E EDUCAÇÃO: O uso das tecnologias na escola

Maria Vanisia J. da Silva dos Santos	
Lucilene Maria Oliveira Lemos	
Lucineide Maria de Jesus Santos	
Andrea Marques Vanderlei Fregadolli	
Idabel Nascimento da Silva	
Antônio Marques da Silva	
Dandara Oliveira Medeiros.....	08

PROCESSOS PSICOLÓGICOS DA APRENDIZAGEM

Lucilia Maria da Silva Soares Barbosa	
Marcia Kelly da Silva Rodrigues	
Doriane Gonçalves de Sá	
Betijane Soares de Barros	
Sandra Marcia de Carvalho Silva	
Idabel Nascimento da Silva	
Maria Vilma da Silva	
Severino Soares do Nascimento.....	17

DANÇA NA ESCOLA: Desafios e contribuições

Marijane Albuquerque Costa	
Eduardo Cabral da Silva	
Márcio Moésio Guedes de Mendonça	
Lucineide Maria de Jesus Santos	
Dandara Oliveira Medeiros.....	22

SOCIOLOGIA EDUCACIONAL: ELEMENTO A SER CONSIDERADO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE DIREITO

Bernard Pereira Almeida	
Anderson de Alencar Menezes	
Celia Nonata da Silva	
Carla Waleska Gomes de Araújo	
Idabel Nascimento da Silva	
Cecília Maria Bezerra de Oliveira.....	32



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR E OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

Josefa Profririo da Silva Anibal¹
Andrea Marques Vanderlei Fregadolli²
Maria Goretti Fernandes
Idabel Nascimento da Silva³
Antônio Marques da Silva⁴

RESUMO

O reconhecimento da violência no espaço escolar tornou-se um fato visível e real, percebidos por gesto, palavras ou lesões no corpo. Sendo mais uma das questões sociais existentes no mundo para ser abordado, tornando foco de investigação, para esse caminho interpretativo e fecundo. Nesse universo o que está em destaque é a função da escola em meio os recursos tecnológicos como forma de socialização das novas gerações. A compreensão das relações entre a escola a pratica da violência e os avanços tecnológicos passa pela reconstrução da complexidade das relações sociais vivencias na escola, na casa, no grupo social, igreja, entre outros. A abordagem em estudo faz uma correlação entre a escola, a violência ocorrida na mesma e a influência da tecnologia nesse contexto.

Palavras- chave: Violência na Escola, Novas Tecnologias, Socialização.

¹ E-mail: josefaanibal@gmail.com

² E-mail: deadoutorado@hotmail.com

³ E-mail: idabelandia2016@gmail.com

⁴ E-mail: amsarquiteto@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A violência física nas escolas tornou-se um problema com dimensões grandiosas e assustadoras, sendo foco de investigação científica, pois envolvendo professores, alunos, os funcionários da instituição e família (CODO, 2006).

A mesma é expressa por um conjunto de agressões, insultos virtuais ou pessoas a indivíduos, apresentando-se de forma múltiplas, entendidas. Sendo compreendidas e interpretadas de diversas maneiras em todo o mundo (ABRAMOVAY, 2005).

Atualmente, a violência física atinge não só a escola pública, mais as escolas privadas estão sofrendo também com essa situação, pois dentro desse universo estão presentes diversos indivíduos com sua cultura, vivência e experiências baseada e alicerçada em meio a esse contexto, o qual se percebe nos vínculos familiares e grupos sociais.

Apesar de ser um assunto polêmico a violência física é algo visível, claramente percebido pelas vítimas e os agressores, facilmente identificável pelos aspectos sociais, psicológicos, simbólicos, de modo direto ou indiretamente (STELKO-PEREIRA & WILLIAMS, 2010).

As pesquisas foram realizadas nas bases de dados virtuais e a partir destes critérios, conseguimos realizar um

levantamento bibliográfico num período temporal de 2000 a 2013.

E dentre dessa temática pesquisamos artigos que abordasse a temática em discussão, os mesmos apresentavam vários eixos e linhas de pensamento, porém os que foram selecionados abordava algo em comum o objetivo de: compreender as causas da violência dentro do ambiente escolar como meio de afirmação social e que a mesma utiliza de vários recursos inclusive o tecnológico como meio de poder e disseminação dessa agressão, buscando alternativas para atenuá-las.

Este artigo voltou o olhar para a compreensão dessa violência que é tão comum no contexto escolar e em especial a física. Tal aspecto retrata em muitas situações um reflexo de desestruturação familiar, social, psicológica, econômica, cultural, no qual pode provocar dano em curto prazo (violência física) e em longo prazo com danos psicológicos recaindo suas ações sobre a sociedade.

Contudo utilizando-se nesse paradigma as novas tecnologias como recurso inovador para a construção individual ou coletiva um novo conceito e ações direcionadas para a mudança comportamental do ser humano.

2. VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

A palavra violência vem do latim “violentia”, significando força violenta; ou o uso dessa força para submeter alguém de ir contra a sua vontade; exercício da força, praticado contra o direito do outro (ZALUAR, 2000).

É percebida por muitos como parte da própria condição humana, e surge de modo peculiar. Contudo, conceitua a violência no meio escolar exige muito cuidado, pois se trata de um tema difícil e que envolve todos os eixos da sociedade e cada conhecedor do assunto apresenta e interpreta a sua maneira.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2002), a violência é vista como:

(...) uso intencional de força física ou poder, em forma de ameaça ou praticada, contra si mesmo, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que resulta ou tem uma grande possibilidade de ocasionar ferimentos, morte, consequências psicológicas negativas, mau desenvolvimento ou privação (p.5).

Conforme Abramovay (2005), a violência é um fato perceptível por todos, sendo:

(...) inegavelmente, algo dinâmico e mutável. Suas representações, suas dimensões e seus significados

passam por adaptações à medida que as sociedades se transformam. A dependência do momento histórico, da localidade, do contexto cultural e de uma série de outros fatores lhe atribui um caráter de dinamismo próprio dos fenômenos sociais (p. 53).

Esses acontecimentos são visíveis em todas as esferas sociais, tanto nos espaços públicos quanto no privado. A violência no ambiente escolar decorre da situação de violência social expressada pela sociedade sendo alimentada e discutida por gerações (CANDAU, 2001; SPOSITO, 2001).

Nesse panorama, percebe-se que professores estão cada vez mais temerosos para entrar as salas de aula, sentindo-se impotentes, muitas vezes assustados ou amedrontados perante a agressividade dos educandos nos dias de hoje, onde muitos dos envolvidos podem utilizar as decisões dos professores contra ele mesmo.

Educar é fornecer conteúdos e também preparar o indivíduo para a vida, orientando-os para uma responsabilidade, solidariedade e uma prática ética, no qual, se utiliza os recursos humanos, matérias e tecnológicos disponíveis em prol de um bem maior. Uma vez que a escolar desempenha um papel fundamental para o pleno desenvolvimento do indivíduo, sendo um dos contextos sociais que estimule as habilidades intelectuais, sociais e a

absorção crítica dos conhecimentos produzidos por ela.

A situação é muito grave, educadores e outros profissionais da educação como psicopedagogos, psicólogos e outros estudam estratégias que venham a minimizarem esse problema, evitando o jogo dos culpados, onde a responsabilidade é jogada entre os membros dessa unidade escolar.

Surge nesta nova proposta os recursos tecnológicos, uma criação inovadora, um avanço para o desenvolvimento de um país, nos tornando parte integrante desse processo de mudança, dessa sociedade informatizada e globalizada, demandando uma série de implicações para ambos os lados.

2.1. A VIOLÊNCIA ESCOLAR E OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

No ambiente escolar a tecnologia facilita a comunicação, encurta distâncias, possibilita a uma melhora do meio no qual ele (aluno) está inserido, permite-nos conhecer pessoas, países, culturas, formular conceitos, de modo individual ou coletivo.

O acesso a essa tecnologia (informática), seja em casa, escola ou outro lugar é ilimitado. As redes sociais ajudam a desenvolver um raciocínio lógico e aprendizagem, permite que se respeite o tempo dedicado para o conhecimento individual ou coletivo de cada aluno.

De acordo com Gouveia e Gaio (2004, p. 45), uma sociedade da informação, tecnológica reque um pensamento tal como:

A sociedade que recorre predominantemente às tecnologias da informação e comunicação para troca de informações em formato digital, suportando a interação entre indivíduos e entre estes e instituições, recorrendo a práticas e métodos em construção permanente.

E nesse novo universo, abre-se um leque de possibilidades para o crescimento pessoalmente e profissionalmente, proporcionando de certo modo uma exposição da vida íntima/privada do ser humano através dos aplicativos existentes como: faces, whatsapp, weblogs, webcams, vídeo publicados e editados caseiramente, sites de relacionamentos, salas de bate papos entre outros.

Através dos avanços nesse campo tecnológico, tentam-se novos caminhos para a resolução de problemas no ambiente educacional, pois o mercado de trabalho exige inovação a cada momento, e práticas consideradas novas vão se tornando ultrapassadas, dando espaço para o novo pensar, criar, reconstruir uma perspectiva organizada voltada para a produtividade, qualidade de serviços que possam atender as necessidades e exigências da população assistida.

O advento desse recurso de massa e proporções ilimitadas, de fácil entendimento, interpretação e manipulação pela população mais jovem, emergem de um novo dispositivo para o poder, vigilância, diferenciação das classes sociais, e para se tiver essa tecnologia avançada e de ponta, requer um alto investimento financeiro.

Por outra perspectiva a escola proporciona a esses indivíduos a acessibilidade a este mundo informatizado mesmo porque no nosso cotidiano nos deparamos constantemente com esse recurso.

Estamos cercados por circuitos internos de câmeras e tv, chips nos cartões de créditos, bancos com movimentações online, dados e programas computacionais de coleta e processamento de informação na educação, saúde, compras no supermercados com registro automáticos por meio do código de barras entre outras ações que expõem a uma variação de comportamentos dos inúmeros indivíduos que estão envolvidas nesse ambiente.

Mesmo nesse processo de informatização, normatização, regulação e/ou controle da violência por esse recurso, e a escola como meio de produção científica autônoma, se torna refém do seu próprio propósito.

Uma vez que o espaço virtual é bastante amplo, sendo visualizado no

ambiente familiar, pelo celular ou na escola, nele se encontra mais uma forma de produzir e reproduzir o conhecimento bem como a violência.

Nesse contexto escolar se depara com duas versões e conduzir os alunos a uma reflexão sobre esses aspectos é complicado. De um lado os pontos positivos tais como: acesso a relacionamentos, a músicas, jogos, viagens, filmes, do outros os aspectos negativos que a tecnologia oferta, implica em persistência, pois para os jovens se desapegarem desse contexto e abandonar seus aparelhos, jogos, bate papo, face, no período das aulas, demanda uma dinamicidade no processo de ensino aprendizagem e aplicação de metodologias/práticas voltado para a mudança (KENSKI, 2007).

Nessa configuração a escola procura dentro de sua metodologia de trabalho ensinar essa tecnologia como uma das ferramentas do meio de produção do saber e comunicação, alertando para os perigos que a mesma esconde. E essa responsabilidade escolar deve ser compartilhada com os pais, familiares ou responsáveis legais dos educando (SEBASTIÃO, 2009).

A intensidade e a complexidade desse fenômeno demandam caminhos a ser percorrido. A sensibilização, trabalho multidisciplinar, parcerias, projetos pedagógicos abordando a temática,

juntamente com os demais órgãos do sistema requer organização sistemática e pontuada numa prática escolar para erradicar/atenuar a situação em questão.

CONCLUSÃO

A comunicação é algo necessário para o ser humano e por meio dela abre-se ou fecham-se as oportunidades, causa de risco por meio da internet (recurso tecnológica) é um campo de estudo que teve como força inicial o interesse inerente da necessidade em transição. O papel e influência da mídia nessa transição de saberes devem ser tratada com responsabilidade (VASCONCELLO - SILVA, 2006).

A escola desempenha um papel fundamental no desenvolvimento pessoal e interpessoal dos indivíduos. Proporciona um ambiente saudável para a prática de uma cultura de paz.

Compreender as relações existentes requer dinamismo, paciência, persistência, métodos e práticas de ações que visam atenuar a violência seja ela física, verbal ou formal nas instituições de ensino através de diálogos.

Participar dessas transformações desencadeadas pelas novas estruturas das unidades escolares possibilita estabelecer uma nova visão da sociedade da informação.

Fica evidente que a escola não está atendendo a todas as necessidades dos seus usuários, que a tecnologia como a violência ocorrida no espaço escolar perpassa seus muros e muitas vezes encontram-se presentes no seio familiar.

Pensar maneiras para combater o comportamento violento/agressivo por meio da tecnologia entre aluno, alunos e professores, alunos e funcionários, requer a buscar parcerias com outros órgãos como conselhos, assistente sociais, profissionais da saúde, família.

Por tanto, devemos tratar todos os envolvidos nesse processo com respeito e dignidade, valorizando o que cada um tem de bom respeitando as opiniões divergentes, promovendo reuniões com a família para que assumam o papel de formadores de seus filhos, para que tenhamos uma sociedade de paz, espírito de tolerância e respeito à adversidade.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, M. Cotidiano das escolas: entre violências. Brasília: UNESCO no Brasil, 2005. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001452/145265POR.pdf>. Acesso em: 20 de mar. 2014.

CASTIEL, L, D. VASCONCELLOS-SILVA, P.R. Propriedade do excesso: informação e comunicação em saúde

coletiva. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, violência e cotidiano escolar. In V. M. Candau (Ed.), Reinventar a escola (2. ed., pp. 137-166). Petrópolis, RJ: Vozes. 2001.

CODO, W. Educação: Carinho e trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

GARZA, G. "The Internet, narrative, and subjectivity", In Journal of constructivist psychology, 15, 2002.

GOUVEIA, L. M. B; GAIO, S. Sociedade da informação: balanço e oportunidades. Rio de Janeiro: Universidade Fernando Pessoa, 2004.

KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus; 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. World Report on Violence and Health. Geneva: World Health Organization Press. 2002. Disponível em: <http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/>. Acesso em: 18 de mar. 2015.

SAYÃO, R. A educação escolar. In:____. Como educar meu filho? Princípios e

desafios da educação de crianças e de adolescentes hoje. São Paulo: Publifolha, 2003, p. 183-228.

SEBASTIÃO, J. "Violência na escola: uma questão sociológica", Interacções, 2009 13, pp. 35-62. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/396> Acesso em: 20 de mar. 2015.

SPOSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. Educação e Pesquisa, 2001; 1(27), 87-103.

STELKO-PEREIRA, A. C., & WILLIAMS, L. C. A. Sobre o conceito de violência: distinções necessárias. In _____ Williams, L. C. A., Rios, K. Maia, J. M. S. Aspectos Psicológicos da Violência: Pesquisa e Intervenção Cognitivo - Comportamental. (pp. 41-66). Campinas: Esetec, 2010.

ZALUAR, A. Um debate disperso: Violência e crime no Brasil da redemocratização. Revista São Paulo em Perspectiva, 2000, 3(13), 03-17.

ZALUAR, A. Da revolta ao crime S. A. São Paulo: Moderna, 1996. In_____ Gangues, galeras e quadrilhas, globalização juventude e violência, galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

MÍDIA E EDUCAÇÃO: O uso das tecnologias na escola

Maria Vanisia J. da Silva dos Santos¹
Lucilene Maria Oliveira Lemos²
Lucineide Maria de Jesus Santos³
Andrea Marques Vanderlei Fregadoli⁴
Idabel Nascimento da Silva⁵
Antônio Marques da Silva⁶
Dandara Oliveira Medeiros⁷

RESUMO

A mídia tem influenciado muito as pessoas, em especial as redes sociais e, podemos considerar a educação, como um meio que direciona o sujeito a refletir e compreender sua realidade, e que a escola, instituição histórica, compete o despertar e induzir os nossos alunos a agirem no tecido social. Essa mesma educação é capaz de emancipar pode também alienar, se ela não for com a intencionalidade de tornar o sujeitos autônomos e críticos. E por essa razão que faz necessário refletirmos a interconexões da mídia e educação em nossa realidade. Considerando a mídia no seu sentido como meio de transmissão de informação, que influência, no ser e agir dos sujeitos. Essa comunicação presente no processo de ensino e aprendizagem, não apenas a voz, como também a escrita, comportamento, imagens e sons sofrem mudanças e interferências com as inovações dos recursos midiáticos, e altera as relações no processo histórico e redefine as práticas educacionais.

Palavras-Chaves: Mídia, Prática, Influência, Educação, Aprendizagem.

¹ E-mail: vanisia.silva@outlook.com

² E-mail: lucilmemoliveira@hotmail.com

³ E-mail: lucineidealagoas@hotmail.com

⁴ E-mail: deadoutorado@hotmail.com

⁵ E-mail: idabelandia2016@gmail.com

⁶ E-mail: amsarquiteto@hotmail.com

⁷ E-mail: dandara.dom94@gmail.com

INTRODUÇÃO

Dos avanços tecnológicos nasceu a mídia. Neste trabalho iremos transportar para os leitores como ela está incluída na educação da sociedade desde a escola. Este tema é bastante polêmico, pois muitos afirmam que a mídia pode ser uma influência negativa, já outros acreditam que a mídia deve ser de interesse de professores, pais, alunos, pois ela pode melhorar a educação. Qual a importância da mídia na educação? Essa pergunta é muito polêmica e através dela podemos analisar e pesquisar a opinião de pais, professores e da própria sociedade porque há milhares de coisas que acontecem nesse nosso Brasil e no mundo que nós nunca chegaremos, a saber, se a mídia decidir não contar. O interesse desse tema é levar o leitor a analisar e refletir que realmente a mídia é importante não somente na educação, mas também na sociedade, pois a partir dela o indivíduo aprende a interagir com o mundo a seu redor e também a ser uma pessoa crítica e de opinião na sociedade.

Além disso, é de extrema importância estudar este tema, pois através dele podemos descobrir novas formas de ensino e maneiras descontraídas para que o aluno se interesse mais pela aprendizagem. Além disso, esperamos que esta pesquisa possa ajudar a solucionar problemas que professores muitas vezes enfrentam nas

escolas na hora de ensinar, pois o aluno só presta a atenção naquilo que é novo e interessante para ele. Assim, a aula pode se tornar mais interessante, quando o professor põe um filme, por exemplo, para os alunos assistirem e fazer relatórios, resumo ou resenhas para mostrar o que aprendeu.

Enfim, este trabalho busca definir e identificar a mídia no meio escolar e na sociedade, além de verificar suas influências negativas e positivas, destacando como exemplo, um dos tipos de mídia mais acessíveis ao público em geral, a televisão.

1. MÍDIA E EDUCAÇÃO

No contexto atual, a mídia representa uma das instâncias mais importantes da sociedade. Ela é responsável por favorecer mudanças no comportamento das pessoas, nas relações humanas e na construção do conhecimento. Podemos dizer que a mídia interfere de forma decisiva em praticamente todos os campos sociais: político, econômico, social e cultural. No tocante a educação, conceituada por alguns estudiosos como processo de aprendizagem que fornece o conhecimento necessário ao indivíduo para que ele possa conviver em sociedade com mais participação nas decisões; esse campo social também vem

sofrendo já há alguns anos, a interferência midiática.

Vivemos um tempo em que muitos anunciam a crise da escola enquanto outros depositam nela a salvação para todos os males da atualidade. Temos a tarefa de repensar coletivamente a função da escola e neste cenário a mídia ocupa importante função de fomentar esta discussão. Neste sentido, projetos de Mídia e Educação ou Educomunicação tornam-se uma alternativa para uma maior aproximação entre escola e sociedade. (SCHMIDT, 2006)

Está evidente que a mídia está cada vez mais assumindo um status pedagógico, interpelando crianças, jovens e adultos. A relação entre mídia e educação está posta e um projeto educacional sintonizado com os novos tempos não poderia deixar de lado a oportunidade de levar o jornal para a sala de aula e ao mesmo tempo levar a sala de aula para o jornal (SCHMIDT, 2006, p. 2)

Conforme (SCHAUN, 2002), na sociedade do conhecimento e da comunicação de massas em que vivemos, a mídia tornou-se instrumento indispensável do processo educativo. O emprego dos órgãos de comunicação social pode contribuir nos processos pedagógicos, por meio da difusão de conteúdos cívicos e éticos, complementando a educação formal e não-formal.

A relação entre esses dois campos do conhecimento, a mídia e a educação tem

sido encarada por especialistas na área como fator fundamental para o processo de ensino e aprendizagem no Brasil neste século demarcado pela constante presença de inovações tecnológicas.

Para (CITELLI, 2006), os conceitos de comunicação e educação passam a ser vistos como sequência de um processo cada vez mais inter-relacionado: requisitam-se para esclarecem-se. Portanto, o paradigma da educação no seu estatuto de mobilização, divulgação e sistematização de conhecimento, implica acolher o espaço inter-discursivo e mediático da comunicação como produção e veiculação da cultura, fundando um novo locus: o da inter-relação comunicação educação (MORAES, 2000)

A presença marcante da mídia no campo da educação vem ganhando a cada dia mais expressão, porém a relação destes, não só veio a surgir neste novo século. Afirma Citelli.

O desejo de aprender as inter-relações entre os campos da comunicação e da educação pode ser remontado às décadas de 1930 e 1940, e deriva das inquietudes geradas pela expansão dos meios no século XX. A crescente presença da imprensa escrita, do rádio e TV, mostrava estar se desenhando uma nova configuração nos conceitos de ensino-aprendizagem, de educação e de conhecimento (CITELLI, 2002, p 135)

Similar ao aparecimento da mídia, o surgimento das novas tecnologias de comunicação e informação tem sido elementos essenciais para vislumbrar uma nova maneira de professores poderem trabalhar conteúdos em sala de aula com maior facilidade e proporcionando dessa forma maior interação entre os aprendizados.

O diálogo mídia/escola pode ser alimento para uma abertura do discurso pedagógico e para inserção crítica da voz da diferença representada pela imposição sistematizadora e de produção de saberes que devem motivar e estimular o mundo da escola (CITELLI, 2002, pp19)

Segundo (FILHO,1999), o uso de produtos da mídia como material pedagógico em sala de aula é tema da moda nos círculos da educação e da comunicação. Embora esta experiência e os estudos sobre ela tenham origem na Europa, países sul-americanos como o Brasil e a Argentina já apresentam relativo desenvolvimento na área.

De acordo com (PENTEADO, 2009), da relação entre mídia e educação surge uma pedagogia da comunicação, que remete ao uso de modernas tecnologias da comunicação no ensino como algo transformador da educação escolar.

As novas tecnologias são complementos (prolongamentos), refinados, recursos sofisticados aptos a

potencializar a capacidade de comunicação humana. As tecnologias da comunicação só ganharão a possibilidade de exercer o papel transformador quando a educação for encarada como um processo específico de comunicação fruto de uma vivência de uma didática (PENTEADO, 2009, p. 13)

Para (MAIA e MIRELLES, 2002), a aplicação das tecnologias educacionais nos cursos presenciais traz em si uma revolução nos paradigmas educacionais atuais, "à medida que apresenta diversas oportunidades para integrar e enriquecer os seus cursos, disciplinas e materiais instrucionais". É preciso fazer a gestão do conhecimento e, principalmente, aprender a construí-lo coletivamente. Além disso, proporciona novas formas de interação e comunicação entre professores e alunos.

O objetivo da introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na educação não deve ser um modismo ou estar atualizado com relação às inovações tecnológicas. Esse tipo de argumentação tem levado a uma subutilização do potencial destas, que além de economicamente dispendiosa, traz pouco benefício para o desenvolvimento intelectual do aluno. (MEIRELLES, 2002, pp,3)

Com o advento das novas tecnologias da comunicação, como audiovisuais e a inserção destas na prática docente, surge uma nova forma de educar,

com vistas a inserir o aluno no contexto situacional da época. Isso tem se tornado cada vez mais comum nas escolas brasileiras, já que vivemos em um período marcado pela "Era da Informação", das inovações e das novas possibilidades de gerar e transmitir conhecimentos.

1.2 A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA EDUCAÇÃO

A mídia pode ser inserida em sala de aula através dos Recursos de Ensino. Estes segundo (GAGNÉ, 1971, p. 247) “são componentes do ambiente da aprendizagem que dão origem à estimulação para o aluno”. Estes componentes são, além do professor, todos os tipos de mídias que podem ser utilizadas em sala de aula, tais como, revistas, livros, mapas, fotografias, gravações, filmes etc.

A utilização de recursos de ensino diminui o nível de abstração dos alunos, pois eles vêem na prática o que estão aprendendo na escola, e podem relacionar a matéria aprendida com fatos reais do seu cotidiano. Desta forma é mais fácil eles absolverem os conteúdos escolares. (DALE, 1966) criou uma classificação de recursos de ensino que é bastante utilizada. Ele nos trouxe o “cone de experiências”, que mostra que o ensino verbalizado, uso de palavras sem experiência, não deve mais ser usado pelo professor, pois os alunos aprendem mais quanto mais pratica

experiências em torno do que está sendo ensinado.

A mídia se tornou um elemento central para a compreensão das transformações sociais intensas, tanto quanto se tornou uma forma condicionante de nossa experiência vivida e, por conseqüência, de nosso desenvolvimento cognitivo. Isso se dá de forma tão intensa que (SODRÉ, 2006, p. 20-22) afirma que a sociedade contemporânea se rege pela midiatização, uma “ordem de mediações socialmente realizadas”, que implica “um novo modo de presença do sujeito no mundo.”

Nesse cenário, não apenas a cultura e as nossas formas de convivência e sociabilidade se alteram, como também nossas maneiras de compreender o espaço público e de fazer política.

1.3 O QUE É EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente.

É ensino/aprendizagem onde professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet. Mas também podem ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o

CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes.

A educação a distância pode ter ou não momentos presenciais, mas acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas podendo estar juntos através de tecnologias de comunicação.

A educação a distância está evoluindo rapidamente no Brasil. As tecnologias telemáticas permitem uma rápida comunicação entre professores e alunos, na escola e no trabalho. A Lei de Diretrizes e Bases legitimou a educação a distância, ao conferir-lhe valor legal equivalente ao dos cursos presenciais. Nestes próximos anos vivenciaremos aproximações significativas entre o presencial e a distância. Teremos uma flexibilização maior de modelos de cursos, de ambientes de aprendizagem, semi-presencial ou a distância.

O conceito de Educação a Distância está mudando rapidamente. De cursos por correspondência ou somente baseados em textos estamos começando a organizar processos de aprendizagem com forte apoio da Internet, de interação mais constante. As grandes universidades ainda não entraram para valer em EAD. Estão começando a oferecer alguns cursos, mas o foco principal continua sendo o atendimento aos alunos regulares presenciais.

1.4 EaD - VANTAGENS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Educação a Distância possui elementos essenciais em sua concepção e forma de aplicabilidade, que são a separação física entre professor e aluno, que a distingue da educação presencial. Também a influência da organização educacional que a diferencia da educação individual; a utilização das NTICs (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) para unir o professor ao aluno e transmitir os conteúdos educativos.

Essa modalidade de ensino permite uma eficaz combinação de estudo e trabalho, garantindo a permanência do aluno em seu próprio ambiente, seja ele profissional, cultural e familiar. O aluno passa a ser sujeito ativo em sua formação (construção do conhecimento) e faz com que o processo de aprendizagem se desenvolva no mesmo ambiente em que se trabalha e vive alcançando assim uma formação entre teoria e prática ligada à experiência e em contato direto com a atividade profissional que se deseja aperfeiçoar.

Ao contrário da educação presencial, na Educação a Distância é você quem decide quando, como e onde estudar (autodisciplina), mas para estudar a distância são necessárias que alguns itens sejam seguidos, como:

- * Disciplina para o estudo,
- * Organização do aprendizado, evitando o acúmulo de leituras e exercícios;
- * Envolvimento como em qualquer curso presencial;
- * A participação é vital para a integração e a interação, melhorando os resultados da aprendizagem.

Não existem barreiras para ensinar a distância, é importante compreendermos a EaD como uma dimensão pedagógica que contém em seu desenvolvimento formas de trabalho que se constituem em práticas pedagógicas.

A educação a distância apresenta várias vantagens. Muitas destas se resumem à própria concretização de seus objetivos e estão relacionadas à abertura, flexibilidade, eficácia, formação permanente e personalizada, e à economia de recursos financeiros. Citam-se, então, as várias vantagens desta modalidade de ensino:

- * Combinação entre estudo e trabalho;
- * Permanência do aluno em seu ambiente familiar;
- * Menor custo por estudante;
- * Diversificação da população escolar;
- * Pedagogia inovadora;
- * Autonomia do aluno;
- * Materiais didáticos já incluídos no preço;

- * Interatividade entre alunos, professores e técnicos de apoio;
- * Apoio com conteúdos digitais adicionais;
- * Conteúdos desenvolvidos com orientação de aplicabilidade;
- * Enfim, a EaD possibilita uma flexibilidade: Onde estudar? Quando estudar? Em que ritmo?

Por isso, ao entendermos os níveis de ensino, que se utilizam da Educação a Distância (EAD) para o seu desenvolvimento, faz-se necessário reconhecer as várias vantagens desta modalidade, pois a educação a distância pode ser feita nos mesmos níveis que o ensino regular, no ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação. É mais adequada para a educação de jovens e adultos (EJA), principalmente para aqueles que já têm experiência consolidada de aprendizagem individual e de pesquisa.

CONCLUSÃO

Através de pesquisas realizadas pode-se concluir que a mídia tem seus méritos e também seus deméritos, mas cabe aos pais e professores, saber utilizá-la para meios didáticos e benéficos em nossas vidas.

A mídia é toda a tecnologia que nos rodeia, e essa tecnologia tem crescido dia após dia. Se a escola não introduzir o aluno

nesse mundo tecnológico, seja através da televisão ou do computador, mais tarde o mercado de trabalho vai cobrar isso dele e será muito mais difícil a sua inserção na sociedade.

Nota-se que a mídia na educação se bem utilizada pode trazer grandes resultados, e até ajudar na formação de um indivíduo. A aprendizagem, por exemplo, fica mais fácil para os alunos quando o professor utiliza filmes, cartazes, livros ou qualquer outro tipo de mídia. É mais fácil a absorção de conteúdos na escola com uso de recursos que estão no dia-a-dia dos estudantes.

Outro fator importante que discutido foi a EaD, Educação a Distância, muitos educadores e até mesmo alunos não concordam com o ensino a distância, mas como percebemos, é um ensino onde o aluno é o coordenador de seu próprio tempo, seu desempenho é maior e sem dúvidas ele é merecedor de um diploma, assim como o aluno de um curso presencial. No ensino a distância, o aluno também se dedica e com certeza se dispõe de tempo e estudos mesmo estando longe da sala de aula. Ele é beneficiado pela tecnologia que lhe promove a oportunidade de estar em casa acessando as matérias, através da rede de computadores e assim pode obter certificação.

A televisão também é um meio de comunicação muito utilizado, e pode

auxiliar no processo de ensino aprendizagem. Porém, se mal utilizada em casa ou até mesmo na escola, pode causar grandes problemas, pois ao se deixar influenciar, o indivíduo se torna escravo dela. A mídia tem o poder de criar, formar e transformar um indivíduo, dependendo de como for utilizada. Cabe a cada um dos pais e professores auxiliar e até mesmo aprender a usar a mídia para o nosso benefício.

Por fim, entende-se que o governo deve investir em tecnologia nas escolas, especialmente nas escolas públicas, haja vista para as grandes desigualdades sociais e regionais que ainda persistem em nosso país. É necessário adotar políticas públicas diferenciadas por região e contar com a participação de toda a sociedade, para que o Brasil figure entre aqueles países com tecnologia de ponta, principalmente advinda de uma educação inclusiva.

REFERENCIAS

Artigo: **A influência da mídia na educação**; Uzias Ferreira Adorno Júnior. Faculdade Albert Einstein. Brasília 14 de dezembro de 2009.

MORAN, Jose Manoel “**O que é educação a distancia?** In Boletim de educação a distância. Brasil, Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2000.

MORAN, José Manoel. Disponível em:
WWW.eca.usp.br/prof/moron.

**Revista Nova Escola e sua contribuição
para divulgação de ações educativas:**
Análise de contribuição da seção retrato
publicado em 05/11/2010.

Revista Presença Pedagógica. **Mídia e
educação** pág. 62. v. 18. nº 107. EDITORA
DIMENSÃO set./out./2012.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

PROCESSOS PSICOLÓGICOS DA APRENDIZAGEM

Lucilia Maria da Silva Soares Barbosa¹

Betijane Soares de Barros²

Marcia Kelly da Silva Rodrigues³

Doriane Gonçalves de Sá⁴

Sandra Marcia de Carvalho Silva⁵

Idabel Nascimento da Silva⁶

Maria Vilma da Silva⁷

Severino Soares do Nascimento⁸

RESUMO

O artigo analisa os processos psicológicos da aprendizagem, desde o início da vida da criança, passando por diversas fases do desenvolvimento. A partir de estímulos simples como o carinho da mãe na hora da amamentação. Os estímulos são necessários para que a aprendizagem aconteça de fato. No processo de aprendizagem, o indivíduo já dispõe de uma série de atitudes, habilidades e expectativas sobre a própria capacidade de aprender. A aprendizagem ocorre na maioria das vezes por uma série de experiências prévias; e também não é um processo simples para alguns. Algumas teorias procuram compreender e explicar o processo da aprendizagem. Uma delas, a Teoria do Comportamento Operante, é defendida pelo psicólogo norte-americano Burrhus Frederic Skinner. Para ele, a educação deve ser planejada passo a passo para obtermos os resultados desejados do aluno. A teoria do condicionamento é igual à aprendizagem, pois devemos condicionar a essa aprendizagem através de estímulos ou reforços positivos.

Palavras-chave: Estímulo; Reforço; Comportamento e aprendizagem.

¹ E-mail: luciliaglp@bol.com.br

² E-mail: bj-sb@hotmail.com

³ E-mail: Marciak-1@hotmail.com

⁴ E-mail: dorianegoncalves@hotmail.com

⁵ E-mail: sandra_marcia-carvalho@hotmail.com

⁶ E-mail: idabelandia2016@gmail.com

⁷ E-mail: vilma.educacao@gmail.com

⁸ E-mail: soareseducador@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo mostra um breve estudo, a respeito dos processos psicológicos da aprendizagem, visando alguns esclarecimentos sobre o comportamento, o estímulo e a aprendizagem, levando em consideração a Teoria do Comportamento Operante, desenvolvida pelo psicólogo norte-americano B. F. Skinner. Na visão de Skinner, a aprendizagem necessita de estímulos ou reforço que devem ser positivos para que o aluno aprenda a ler, pois esse é um processo complexo – o da escrita propriamente dita. Skinner baseou-se nas teorias do tipo estímulo-resposta.

Desde o início da vida, a criança passa por diversas fases de desenvolvimento e a aprendizagem constitui fases distintas, desde a barriga da mãe a criança recebe estímulos através de conversas, carinho e aconchego da mãe e outros que a cercam.

A aprendizagem diz respeito às mudanças de comportamento, e nem sempre as pessoas estão abertas à mudança, mas é de extrema importância que elas ocorram. A busca pelo entendimento do processo de aprendizagem é instigante e sempre despertou curiosidades de correntes teóricas que buscam explicações relacionadas à natureza do ato de aprender. (BEAUCLAIR, 2008).

1. ETAPAS DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Em relação à aprendizagem, levamos em conta os comportamentos e um deles é o Comportamento Operante, ou seja, aquele que produz consequências no ambiente e é afetado por elas.

Entender o Comportamento Operante é fundamental para compreendermos como aprendemos nossas habilidades e nossos conhecimentos, ou seja, falar, ler, escrever, raciocinar, abstrair, etc.; e até mesmo como aprendemos a ser quem somos, a ter nossa personalidade. (MOREIRA; MEDEIROS, 2007)

Sabemos que as habilidades são produzidas no campo psicológico do ser humano, habilidades essas que ajudam a complementar e fortalecer o conhecimento em todos os sentidos. Desde o início da vida, a criança passa por diversas fases de desenvolvimento, tanto psicológicos quanto físicos. O conhecimento tende a avançar, a partir do comportamento da criança seja de satisfação, alegria ou insatisfação e tristeza. A respeito de satisfação, pensemos na resposta da criança após ser amamentada pela mãe, o sorriso e a risada do bebê são verdadeiro deleite para os pais.

Também podemos pensar nesse comportamento como uma das importantes respostas sociais e emocionais que

contribuem para o vínculo pais-crianças que ajudam o relacionamento e desenvolvimento da aprendizagem.

Nesse processo de aprendizagem sugere-se que levemos em consideração a afetividade, tão importante para todos os seres e necessariamente a criança, desde os primeiros momentos, já na barriga da mãe, já sente esse impulso repassado pela mãe e até mesmo daqueles que a cerca. As pessoas precisam de estímulos, para que a aprendizagem aconteça de fato.

1.1. IDADE ESCOLAR

Ao iniciar um processo de aprendizagem, o indivíduo já dispõe de uma série de atitudes, habilidades e expectativas sobre sua própria capacidade de aprender, seus conhecimentos, visão de mundo ao seu redor, ou seja, o contexto que lhe cerca, e percebe a situação de aprendizagem de uma só forma particular e diferente de seus colegas, como ser único e capaz de interagir no próprio meio ao qual está inserido.

Na maioria das vezes a aprendizagem ocorre por uma série de experiências prévias; isso se dá em consequência de uma contínua organização e reorganização de experiências frustradas, erradas como podemos chamar.

Para os pensadores John Dewey e Jerome Bruner, a aprendizagem é a solução de problemas. É por meio da solução de

problemas do dia-a-dia, que os indivíduos se ajustam ao ambiente em que vivem. A aprendizagem não é um processo simples, ela ocorre durante toda a vida do indivíduo.

Algumas teorias procuram compreender e explicar o processo da aprendizagem.

1.2. TEORIA DO CONDICIONAMENTO OPERANTE

Baseia-se nas teorias do tipo estímulo-resposta, como o conexionismo de Thorndike e o behaviorismo desenvolvido por Watson. Thorndike tratava com elementos físicos e mentais, mas sempre mecanicista no estudo do homem, enquanto que Watson era mecanicista também, mas limitava seu estudo ao comportamento dos organismos biológicos. (CAMPOS, 1991)

O psicólogo norte-americano B. F. Skinner desenvolveu sua teoria a partir dessas citadas. Então, na Teoria do Condicionamento Operante, o estímulo é importante para surgirem às respostas. Ele chama isso de reforço e esse reforço pode ser positivo ou negativo – que podemos chamar de recompensa. Podemos exemplificar como reforço positivo, um sorriso do professor, que traz satisfação e conforto para o aluno, em saber da satisfação do seu professor em relação a ele e aos demais, em outras palavras é mais relaxante; enquanto o reforço negativo só

irá reforçar o mau comportamento, o pessimismo e a vontade de desistir de aprender. Na visão de Skinner, a aprendizagem necessita da ajuda de instrumentos, pois ensinar a ler é complexo, mais que outras disciplinas, como por exemplo, Matemática ou apropriação dos números. O aluno não atingiu o patamar desejado na maioria dos casos. Falando em comportamento e aprendizagem, não evoluímos tanto em relação há 50 anos passados, quando o comportamento do aluno em relação à aprendizagem era de um estímulo que provocava aversão. Nesse período o aluno lia, copiava e memorizava a tabuada para fugir da palmatória, ou seja, tentava escapar da punição.

Atualmente, o aluno, na maioria das vezes, faz para fugir da crítica dos colegas, da família, do fracasso aparente diante da comunidade a qual está inserido. Dessa forma, a ênfase no ensino e na aprendizagem não está centralizada no Condicionamento Operante. Será necessário, então, que este comportamento produza mudança no ambiente, através das consequências oferecidas em ambas as partes.

De acordo com essa teoria, aprendizagem é igual a condicionamento, pois se quisermos que uma pessoa aprenda um novo comportamento, devemos condicioná-la a essa aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apresentei uma abordagem a respeito dos processos psicológicos da aprendizagem, levando em consideração a Teoria do Comportamento Operante, desenvolvida por Burrhus Frederic Skinner, baseado na teoria de Thorndike e Watson, é de sua importância entender o Comportamento Operante para compreendermos e desenvolvermos nossas habilidades como falar, ler, escrever, raciocinar etc.

O comportamento também faz parte do processo bastante complexo que envolve o ser humano na sua totalidade. O processo de aprendizagem acontece de maneira natural e também planejada, ele é um processo constante e inacabado, inicia-se desde o ventre da mãe ao receber os primeiros estímulos através do carinho, passado através daqueles que o cercam e se estende até a morte.

Para que a aprendizagem aconteça de verdade, pais e professores precisam ser minuciosos em todos os sentidos; os estímulos entram em cena nessa hora. Ninguém desacreditado ou desestimulado é capaz de produzir, muito menos aprender.

É necessário que destaquemos os pontos fortes da criança. Recebendo esses estímulos e incentivos ela se fortalecerá e então a aprendizagem acontecerá de fato. Todos têm habilidades e competências

diferenciadas, é claro; na maioria das vezes há coisas que o aluno sabe e o professor não sabe e vice-versa. Então é hora de aproveitar esse conhecimento prévio do aluno e instigar na criança a capacidade de aprender e ensinar.

Quando a criança sente que aprender é uma experiência excitante da qual se pode desfrutar, então isso se transformará em algo que nunca termina, durante toda a vida. As crianças aprendem a esconder suas dificuldades com comportamentos como ser palhaço da classe, manter calada, adoecer, fugir das responsabilidades, demonstrar desinteresse ou, muitas vezes, mau comportamento. Com frequência fica isolada, esconde-se ou evita fazer coisas porque assim ninguém poderá lhe causar dano. Essas máscaras protetoras utilizadas para não serem tachadas de burras, lentas ou intratáveis isolam-nas socialmente. (NAVARRO, 2010)

Justamente são essas crianças que precisam de estímulo-resposta ou reforço positivo, como Skinner reforça e defende seus pontos fortes, incentivando e elogiando quando produzirem algo. É nesse momento que a aprendizagem acontece de verdade. Precisamos acreditar na capacidade do aluno compreender e valorizar seus feitos através de estratégias e valores agregados à nossa vocação profissional. Somente acreditando e respeitando as diferenças avançaremos nesse processo e ainda nos

colocando no lugar do outro como seres humanos que somos, podendo errar e acertar. As habilidades do ser humano são múltiplas e precisam ser valorizadas e aproveitadas, isso é processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BEAUCLAIR, João. **Ensinar é acreditar.** Coleção Ensinaamentos do Presente. vol I. WAK, Rio de Janeiro, 2008.

BEE, Helen. **A criança em desenvolvimento.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da aprendizagem.** Petrópolis: Vozes, 1991.

MEDEIROS, Carlos Augusto de; MOREIRA, Márcio Borges. **Princípios básicos de análise de comportamento.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

NAVARRO, Adriana de Almeida. **Dificuldades de aprendizagem: detecção e estratégias de ajuda.** São Paulo: Loyola, 2010.

PILETTI, Nelson. **Psicologia educacional.** São Paulo: Ática, 2002.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

DANÇA NA ESCOLA: Desafios e contribuições

Marijane Albuquerque Costa¹

Eduardo Cabral da Silva²

Márcio Moésio Guedes de Mendonça³

Lucineide Maria de Jesus Santos

Dandara Oliveira Medeiros⁴

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar a contribuição da dança no ambiente escolar, identificando de qual forma a mesma é vista e como é realizada na escola. A metodologia utilizada foi a da pesquisa bibliográfica. Através desta metodologia foi observado que historicamente, a dança assumiu várias formas e tem se transformado, assim como a sociedade. Ela vem favorecendo aos educadores, com um universo de possibilidades a serem trabalhadas no contexto escolar. Não é mais considerada como um ato mecânico, ou apenas reproduzido pela mídia, mas como uma proposta educativa a ser desenvolvida com criatividade, expressão e comunicação, em virtude de uma intensa possibilidade de linguagem corporal. Diante desse contexto, é necessário analisar que a dança na escola necessita de atores competentes, críticos e conscientes de seu papel no que se refere a dialogar e oferecer aos alunos propostas de dança que efetivamente contribuam para construção da cidadania. Com isso, a dança deve privilegiar a expressividade dos alunos, estimulando-os a construir conhecimentos através da criatividade.

Palavras-chave: Dança; Escola; Criatividade.

¹ E-mail: marijaneal@hotmail.com

² E-mail: edcs.cabral@gmail.com

³ E-mail: prof-mmg@live.com

⁴ E-mail: dandara.dom94@gmail.com

INTRODUÇÃO

Sendo a dança fundamental para o desenvolvimento criativo do aluno, faz-se necessário um aprofundamento para se conhecer melhor essa linguagem na escola, bem como as metodologias utilizadas em sala de aula.

Um dos motivos pela escolha do tema se deve a uma observação feita no cotidiano escolar. Diante do exposto, eis alguns questionamentos: Como a dança está sendo trabalhada na escola? O currículo escolar contempla a dança de modo prático? O que ocorre com as aulas de artes oferecidas pela escola, uma vez que são mais teóricas?

Despertar nos alunos o interesse pela dança como forma educativa, trabalhar na teoria e na prática propostas que relacionem a dança às demais disciplinas do currículo, enfatizar a necessidade de reconhecimento e valorização da dança em situação escolar como conhecimento, percepção e processo criativo, são esses os objetivos.

A dança é um tema estudado por alguns estudiosos: Freinet, Laban, Marques, entre outros. Esses autores servirão de base teórica para o trabalho. Quanto a metodologia utilizada foi a da pesquisa bibliográfica.

1. A Dança

No ano de 1982, no dia 29 de abril, comemora-se o dia internacional da dança, instituído pela UNESCO em homenagem ao criador do balé moderno, Jean-Georges Noverre.

A Dança é a arte de mexer o corpo, através de uma cadência de movimentos e ritmos, criando uma harmonia própria.

Os seres humanos possuem um jeito único de manifestar aquilo que são, pois têm a capacidade de expressar seus pensamentos e emoções de muitas maneiras diferentes, de uma forma que nenhum outro ser vivo é capaz de fazer. Assim, desde os primórdios da humanidade são diferentes, entre outras coisas, pela capacidade de produzir arte, como a pintura, a dança entre outras.

A dança é considerada uma das artes mais antigas, é também a única que dispensa materiais e ferramentas. Ela só depende do corpo e da vitalidade humana para cumprir sua função, enquanto instrumento de afirmação dos sentimentos e experiências subjetivas do homem.

Dança, em sentido geral, é a arte de mover o corpo seguindo certa relação entre tempo e espaço, estabelecida graças a um ritmo e a uma composição coreográfica. Seja a dança espontânea ou organizada, ela expressa um sentimento ou uma situação dada e pode ser complementada por gestos

destinados a fazê-la mais inteligível. Tem por instrumento, às vezes único, o corpo, que elabora seu próprio ritmo. Não é somente através do som de uma música que se pode dançar, pois os movimentos podem acontecer independentes do som que se ouve, e até mesmo sem ele.

A dança enquanto uma linguagem artística é possibilidade de expressão, comunicação e conhecimento. Expressa um certomodo de sentir o outro, de ser tocado e de tocar o mundo. Comunica ao afirmar-se como uma voz primeira do corpo, o interdito, para além do dizível. Configura-se também como conhecimento simbólico da cultura, que se põe em contato com os diferentes espaços e tempos histórico-sociais, com as suas continuidades e rupturas, com as suas similitudes e particularidades. Ao mesmo tempo em que traduz a sua inserção num dado contexto cultural, a dança também é capaz de reivindicar outros sentidos ao vivido da experiência estética propiciada pelo experienciar ou apreciar uma determinada dança.

No Brasil a dança é uma manifestação cultural muito significativa. Seja no São João, no Carnaval, nas inúmeras festas populares, a dança se faz como uma linguagem do corpo capaz de aproximar as pessoas, contar histórias, manter tradições e criar novos sentidos a cada vez que se dança novamente.

Devido a grande abrangência da dança nos múltiplos espaços sociais no Brasil há quem questione o espaço da dança na escola, uma vez que não é necessariamente preciso ir à escola para aprender a dançar.

No entanto, o aprendizado da dança no contexto escolar apesar de não excluir o aprendizado do gesto dançante não se basta neste, pois tendo a dança como conhecimento produzido culturalmente, a escola pode abrir espaços para discutir, refletir, reelaborar, pesquisar e resignificar as muitas danças vividas pelos alunos e tantas outras. (MARQUES, 2003).

Nesse aspecto, vale ressaltar a importância do estabelecimento escolar para que haja diálogos entre as referências populares e eruditas, tradicionais e contemporâneas, evitando assim a supervalorização de algumas formas de dançar em detrimento de outras.

Mitos e lendas contam belas histórias sobre a origem da dança. Cada povo, em diferentes épocas, atribui sua invenção a personagens diversos, o que confirma que não há povo sem dança.

1.2 A dança no contexto escolar: Desafios e contribuições

Dança educativa é uma terminologia que foi utilizada por Laban, em seu livro

Dança Educativa Moderna (1990). Este sugere que o uso do movimento seja utilizado como um instrumento de expressão, sendo importante não apenas que o indivíduo ao dançar se torne ciente das várias articulações do corpo e seu uso na criação de padrões espaciais e rítmicos, como também perceba o estado de espírito e a atitude interna produzida pelas ações corporais.

O ensino da dança educativa busca o aprimoramento harmonioso do indivíduo por meio da relação corpo-mente, considerando também os aspectos afetivos e sociais.

Ao inserir a experiência corporal no processo educacional, o aluno estabelece relações entre os significados simbólicos criados por ele e o aprendido no processo educacional, e com base nestas relações desenvolve seu repertório expressivo e aprimora suas habilidades motoras.

A dança contribui no desenvolvimento de elaboração da imagem corporal do aluno, gerando conhecimentos sobre anatomia e sistemas corporais como exemplo: muscular e ósseo. Toda a metodologia para esse tipo de trabalho é baseada nos conceitos elaborados por Rudolf Laban. Ele acreditava que ‘as diferentes mensagens que cada ser humano traz dentro de si são as maiores riquezas de uma sociedade, que depende e vive para e do grupo’.

Após ter observado muito a movimentação natural das pessoas ele concluiu que cada ser humano tem o seu modo de se movimentar, o seu modo individual que é formado pela experiência em descobrir-se, em descobrir o seu corpo e também o mundo.

A dança educativa objetiva a partir das estruturas externas existentes, das capacidades perceptivas como resultado da maturação neurológica e das experiências de aprendizagem anterior.

Freinet (1991) acreditava na dança educativa, assim como Laban, também desenvolveu ideias avançadas para se trabalhar a dança.

Ambos apresentaram, no início do século XX, ideias avançadas, como a proposta de dança de Laban (1990) e as Técnicas de ensino de Freinet.

Para Laban (1990), a sala de aula é espaço constrangedor e incômodo, com mesas e cadeiras unidas, que restringem a inclinação natural do corpo. Para Freinet (1991), as carteiras dão a impressão de aprisionamento, imobilidade. Ambos consideram o homem como um ser integrado: corpo-mente, salientando a necessidade de respeitar o ritmo interno de cada um. Os atos e atividades espontâneas são uma forma de exteriorizar ideias e sentimentos.

As diferentes propostas de Laban (1990) e Freinet (1991) podem integrar-se

numa proposta de ensino de Dança Educativa nas escolas, por contribuírem para o desenvolvimento do educando nos principais aspectos:



SCARPATO, Marta Thiago, 2001.

Com essa proposta de dança o aluno será levado à ação- sensação- reflexão, contribuindo para aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conhecer e aprender a viver juntos, que constituem os quatro pilares da educação.

Toda ação humana envolve a atividade corporal, porém, na dança, assim como no teatro, o corpo em movimento está a serviço da expressão e da comunicação por meio de simbolismos que se elaboram em um mundo onde se abrem os espaços para os aspectos sensíveis, para a intuição, a subjetividade; um espaço onde o ilógico é necessário e os aspectos inconscientes e espirituais da natureza humana encontra um caminho de expressão. Na arte do movimento corporal/vocal, o homem integra todo o seu ser na ação comunicativa e de produção de sentidos.

Neste caso, a função das técnicas corporais será o de ampliar as possibilidades expressivas desse corpo a fim de possibilitar o trânsito entre o mundo das ideias/imaginação e a ação criadora, isto é, a concentração do exercício da comunicação por meio da linguagem artística.

Rudolf Laban (1990) propõe três categorias para o estudo e análise do movimento, a saber: corpo, expressividade, forma e espaço. Em cada uma delas elege parâmetros para a exploração do movimento onde cada pessoa irá descobrir suas características particulares de movimento construídas a partir dos hábitos adquiridos em sua história de vida, assim como, a gama de possibilidades a serem exploradas no domínio do movimento, implicando no desenvolvimento da criatividade, na ampliação do repertório do movimento e na capacidade de observação e avaliação das experiências vividas. Laban (1990) refere-se a uma técnica livre de dança na medida em que não restringe a experiência do movimento a códigos fechados por determinados estilos.

Usando o corpo no espaço, o aluno conseguirá desenvolver a sua criatividade. As ações do corpo criam formas e desenhos no espaço, criam tamanhos e distâncias, direções e orientações, volumes e vazios. Segundo Laban (1990), o espaço pessoal pode ser ocupado em três níveis distintos:

baixo, médio e alto. O estudo do espaço feito pelo estudioso inclui escalas de ocupação harmônica do espaço de cada um, seus significados e uma infinidade de definições.

O importante é lembrar que cada um possui seu espaço pessoal, que pode ser ocupada em níveis, planos e formas diversas de acordo com aquilo que se vive, se pensa, se expressa, se participa e se comunica com os outros através da dança.

Os objetivos da dança, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, estão organizados em três pilares: a dança na expressão e na comunicação humana; a dança como manifestação coletiva; e a dança como produto cultural e apreciação estética.

Estas vertentes da arte no ambiente educacional têm potencial para dialogar com outras áreas do conhecimento humano e promover a formação e transformação de cidadãos. Assim, a escola pode contribuir para que os indivíduos entrem em contato com atividades que, como a dança, seja capaz de favorecer o desenvolvimento de sua capacidade criativa e investigativa no mundo. Todavia, a herança histórica - cultural do fazer com a dança.

Na escola a dança é realizada na maioria das vezes em datas comemorativas, desvinculando a contextualização e a crítica. Esta forma de proceder com a dança enraizou-se de tal maneira que infelizmente

ainda é bastante comum encontrar nas escolas reproduções das danças apresentadas pela mídia, fazendo com que os alunos fechem-se nestas realidades e conceitos sobre a dança, privando-os de oportunidades de conhecer e até mesmo vivenciar as diferentes propostas dos variados estilos de dança, abrindo novos caminhos de descobertas corporais e de desenvolvimento do seu potencial criativo, a partir do grande poder de relações que a arte possui.

Portanto, a dança entendida como linguagem artística, tão necessária ao desenvolvimento do ser humano, parece ser uma atividade que ainda está nascendo nas escolas, e como tal, necessita de investigação e reflexão constante para tornar-se efetiva em seu enorme potencial. Diante deste fato, o primeiro passo no sentido da construção de uma prática mais condizente com o dinamismo e a complexidade dos ideais teóricos que atualmente se percorre, está em compreender a própria realidade.

As aulas de Artes deveriam possibilitar uma maior mobilidade dos alunos em sala de aula, mas tendem a priorizar os trabalhos em artes plásticas (desenho, pintura e algumas vezes escultura), atividades onde o aluno acaba tendo de permanecer sentado. Embora a LDB 9394/96 garanta o ensino de Arte como componente curricular obrigatório da

Educação Básica representado por várias linguagens – música, dança teatro e artes visuais –, raramente a dança, a expressão corporal, a mímica, a música e o teatro são abordados, seja pela falta de especialistas da área nas escolas, seja pelo despreparo do professor.

Apesar de estas atitudes estarem presentes, algumas experiências (que caminham exatamente no sentido oposto) têm mostrado o quanto o movimento pode contribuir para se criar no espaço escolar outro ambiente. A introdução de atividades corporais artísticas na escola, ou seja, a realização de trabalhos de dança - educativa ou dança - expressiva tem mudado significativamente as atitudes de alunos e professores na escola.

Há muitos aspectos que devem ser considerados para a inclusão da dança na escola, dentre eles a importância que ela faça parte do cotidiano escolar, sem levar em conta os aspectos de uma técnica específica de dança, muito menos a simples reprodução de danças populares ou das danças veiculadas pelos meios de comunicação. Mas, para isso é preciso uma grande transformação, não só nos currículos escolares, mas também em sua estrutura e, sobretudo numa formação permanente dos educadores que nela atuam.

No dia em que se tiver um significativo contingente de alunos que se eduquem fazendo dança, assistindo dança,

discutindo dança, será aberta a possibilidade de existirem profissionais e plateias com maior intimidade e sensibilidade em relação à dança e, para isso, sua efetivação no currículo é umas das ações determinantes e necessárias.

1.3 O perfil da dança na escola

Os objetivos da dança, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, estão organizados em três pilares: a dança na expressão e na comunicação humana; a dança como manifestação coletiva; e a dança como produto cultural e apreciação estética.

Estas vertentes da arte no ambiente educacional têm potencial para dialogar com outras áreas do conhecimento humano e promover a formação e transformação de cidadãos. Assim, a escola pode contribuir para que os indivíduos entrem em contato com atividades que, como a dança, seja capaz de favorecer o desenvolvimento de sua capacidade criativa e investigativa no mundo. Todavia, a herança histórica - cultural do fazer com a dança.

Na escola a dança é realizada na maioria das vezes em datas comemorativas, desvinculando a contextualização e a crítica. Esta forma de proceder com a dança enraizou-se de tal maneira que infelizmente ainda é bastante comum encontrar nas escolas reproduções das danças

apresentadas pela mídia, fazendo com que os alunos fechem-se nestas realidades e conceitos sobre a dança, privando-os de oportunidades de conhecer e até mesmo vivenciar as diferentes propostas dos variados estilos de dança, abrindo novos caminhos de descobertas corporais e de desenvolvimento do seu potencial criativo, a partir do grande poder de relações que a arte possui.

Portanto, a dança entendida como linguagem artística, tão necessária ao desenvolvimento do ser humano, parece ser uma atividade que ainda está nascendo nas escolas, e como tal, necessita de investigação e reflexão constante para tornar-se efetiva em seu enorme potencial. Diante deste fato, o primeiro passo no sentido da construção de uma prática mais condizente com o dinamismo e a complexidade dos ideais teóricos que atualmente se percorre, está em compreender a própria realidade.

As aulas de Artes deveriam possibilitar uma maior mobilidade dos alunos em sala de aula, mas tendem a priorizar os trabalhos em artes plásticas (desenho, pintura e algumas vezes escultura), atividades onde o aluno acaba tendo de permanecer sentado. Embora a LDB 9394/96 garanta o ensino de Arte como componente curricular obrigatório da Educação Básica representado por várias linguagens – música, dança teatro e artes

visuais –, raramente a dança, a expressão corporal, a mímica, a música e o teatro são abordados, seja pela falta de especialistas da área nas escolas, seja pelo despreparo do professor.

Apesar de estas atitudes estarem presentes, algumas experiências (que caminham exatamente no sentido oposto) têm mostrado o quanto o movimento pode contribuir para se criar no espaço escolar outro ambiente. A introdução de atividades corporais artísticas na escola, ou seja, a realização de trabalhos de dança - educativa ou dança - expressiva tem mudado significativamente as atitudes de alunos e professores na escola.

Há muitos aspectos que devem ser considerados para a inclusão da dança na escola, dentre eles a importância que ela faça parte do cotidiano escolar, sem levar em conta os aspectos de uma técnica específica de dança, muito menos a simples reprodução de danças populares ou das danças veiculadas pelos meios de comunicação. Mas, para isso é preciso uma grande transformação, não só nos currículos escolares, mas também em sua estrutura e, sobretudo numa formação permanente dos educadores que nela atuam.

No dia em que se tiver um significativo contingente de alunos que se eduquem fazendo dança, assistindo dança, discutindo dança, será aberta a possibilidade de existirem profissionais e

plateias com maior intimidade e sensibilidade em relação à dança e, para isso, sua efetivação no currículo é umas das ações determinantes e necessárias.

1.4 A dança e seus critérios de avaliação

O tema avaliação é polêmico na área de artes principalmente porque ainda existe uma influência pela tendência pedagógica, que acredita que arte é atividade complementar.

Kenski (1990) acredita que:

Um dos problemas em avaliação encontra-se no fato de que somente pensamos em um professor que avalia o aluno em relação aquilo que ele aprendeu (conteúdo). Esquece de que o processo de avaliação engloba o projeto pedagógico como um todo e, portanto, avaliação dos alunos, do professor, da aula, dos conteúdos abordados, da bibliografia utilizada, da metodologia, da escola, da relevância deste projeto educativo em nossa comunidade, em nosso país, etc.

Diante desse comentário verifica-se que a avaliação é um processo amplo que exige apreciação pessoal, pela comparação, importância e decisões. Avaliar pressupõe definir objetivos, fixar critérios e colher informações.

Dentro da Arte, avaliar é reconhecer limites e saber até onde os alunos serão

capazes de dominar um determinado assunto.

“É importante estabelecer relações com um trabalho produzido e os demais, sem discriminação estética, artística, étnicas e de gênero.” (PCN’s – MEC, 1997).

Ao avaliar uma representação teatral, uma música ou dança, se deve respeitar as limitações e diferenças individuais.

CONCLUSÃO

Após leituras e estudos realizados em torno do tema, percebe-se que a dança na escola quando aplicada com metodologia adequada e, principalmente com consciência pedagógica, possibilita ao educando uma formação corporal global, ampliando suas capacidades de interação social e afetiva, desenvolvendo as capacidades motoras e cognitivas.

Quando realizada de forma lúdica e não competitiva, a dança escolar passa a ser agente de formação e transformação, possibilitando oportunidades de humanização e integração entre todos os alunos, aumentando assim a auto-estima colocando em prática o sentido de uma educação voltada para a inclusão.

Os professores devem desenvolver um ensino que possibilite aos seus alunos o envolvimento, a motivação, o entusiasmo, a curiosidade, o sentido de humor e o espírito

crítico. As artes, assim como a dança proporcionam essa possibilidade. A influência do professor no fenômeno da aprendizagem é enorme e deve ser construída a partir da empatia e da qualidade afetiva.

A dança na escola, portanto, pode ser compreendida como um conhecimento necessário à formação estética dos educandos, como oportunidade de refletir, vivenciar e saber mais sobre a arte e como os homens se expressam nas mais diversas culturas a partir de uma forma de comunicação não verbal. Uma aproximação entre o universo da dança na escola e a dança produzida fora da escola é necessário para o entendimento da dança como essa linguagem viva e dinâmica, que se modifica constantemente nas diversas sociedades.

Diante desse contexto, caberá à escola abrir espaço para as experiências artísticas, em especial, para os vários elementos que a dança oferece.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte**. Brasília: MEC/SEF, 1996,1997, 1998.

FREINET, C. **Pedagogia do bom senso**. 3^a ed., São Paulo: Martins Fontes, 1991.

KENSKI, V. **Avaliação da aprendizagem in VEIGA, I. (coord.): Repensando a didática**. São Paulo: Papirus, 1990.

LABAN, Rudolf. **Domínio do movimento**. São Paulo: Summus, 1978.

_____. **Dança educativa moderna**. São Paulo: Ícone, 1990.

LDB - **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LEI Nº: 9394/96.

MARQUES, I. **Ensino da dança hoje: textos e contextos**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Dançando na escola**. São Paulo: Cortez, 2003.

SCARPATO, Marta Thiago. **Dança educativa: um fato em escolas de São Paulo**. Campinas: Cadernos Cedes, ano XXI, n. 53, abril, 2001.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

SOCIOLOGIA EDUCACIONAL: ELEMENTO A SER CONSIDERADO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE DIREITO

Bernard Pereira Almeida¹
Anderson de Alencar Menezes
Celia Nonata da Silva
Carla Waleska Gomes de Araújo²
Idabel Nascimento da Silva³
Cecília Maria Bezerra de Oliveira⁴

RESUMO

O presente estudo almejou alcançar uma ideia clara do campo de estudos conhecido como Sociologia da Educação. A Sociologia da Educação, ou Sociologia Educacional é uma linha de estudo específica da Sociologia que, por sua vez, integra o grupo das Ciências Humanas. A terminologia “Sociologia” foi criada por Auguste Comte em 1838, no século XVIII, e almejava juntar todos os estudos relativos ao homem — como a História, a Psicologia e a Economia. Mas foi com Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, entre outros, que a Sociologia tomou corpo e seus fundamentos como ramo científico foram institucionalizados, promovendo, assim, o desabrochar dessa nova e relevante ciência. Nesse giro, temos que a Sociologia pode ser sumariamente definida como o estudo do comportamento social das interações e organizações humanas que tem como objetivo principal tornar as compreensões cotidianas da sociedade mais sistemáticas e precisas. Consequentemente, é uma ciência que estuda todos os símbolos culturais que os seres humanos inventam e empregam para interagir e organizar a sociedade, ela explora todas as estruturas sociais, que fluem através da ordem estabelecida socialmente, e busca entender as transformações que esses processos acendem na cultura e na estrutura social. Analisar a educação pela ótica sociológica e ponderar acerca de seus desdobramentos problematizando situações, eis o fito do presente trabalho. Para tanto, há de se sopesar e trabalhar com a relevância do ambiente escolar e seus agentes no processo educacional, pois tal espaço é o agente especializado na transmissão de modos de pensar, agir e sentir, sendo, por via de consequência, objeto de estudo da Sociologia da Educação, bem como a importância e influência do grupo familiar e da comunidade; assim os processos institucionais e organizacionais nos quais a sociedade se baseia para prover educação a seus integrantes, como as relações sociais que marcam o desenvolvimento dos indivíduos neste processo serão considerados por este trabalho.

Palavras-Chave: Sociologia; Sociologia da Educação; Processos Educacionais.

¹ E-mail: bernardadv@hotmail.com

² E-mail: carlawaleska@hotmail.com

³ E-mail: Idabelandia2016@gmail.com

⁴ E-mail: cecimapa@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Cumprir destacar inicialmente que a Sociologia integra o grupo das Ciências Humanas. Seu objeto de estudo é a sociedade, sua organização social e os processos que interligam os indivíduos em grupos, instituições e associações.

Enquanto a Psicologia estuda o indivíduo na sua singularidade, a Sociologia examina os fenômenos sociais, compreendendo as distintas formas de composição das sociedades e suas culturas.

Em retrospecto histórico temos que a terminologia “Sociologia” foi criada por Auguste Comte em 1838, no século XVIII, e pretendia unificar todos os estudos relativos ao homem — como a História, a Psicologia e a Economia. Como resposta acadêmica para um desafio que estava surgindo, a Sociologia surgiu como disciplina no século XVIII, juntamente com o início da sociedade moderna. Com a Revolução Industrial e posteriormente com a Revolução Francesa (1789), iniciou-se uma nova era no mundo, com as quedas das monarquias e a constituição dos Estados nacionais no Ocidente; a ciência sociológica surge então para compreender as novas formas das sociedades, suas estruturas e organizações.

A Sociologia desempenha a função de, ao mesmo tempo, observar os fenômenos que se reproduzem nas relações

sociais – e assim formular explicações gerais ou teóricas sobre o fato social – como também se preocupa com aqueles eventos únicos, como por exemplo, o surgimento do capitalismo ou do Estado Moderno, explicando seus significados e importância que esses eventos têm na vida dos cidadãos. Como toda forma de conhecimento intitulada ciência, a Sociologia pretende explicar a totalidade do seu universo de pesquisa; nesse sentido, o conhecimento sociológico, por meio dos seus conceitos, teorias e métodos, constituem uma relevante ferramenta de compreensão da realidade social e de suas múltiplas redes ou relações sociais.

Os estudiosos da sociologia analisam e pesquisam as estruturas da sociedade. Além de suas aplicações no planejamento social, na condução de programas de intervenção social e no planejamento de programas sociais e governamentais, o conhecimento sociológico é também um meio possível de aperfeiçoamento do conhecimento social, na medida em que auxilia os interessados a compreenderem mais claramente o comportamento dos grupos sociais, assim como a sociedade com um todo. Nesse diapasão, se expõe o paradoxo das Ciências Sociais, que ao contrário das ciências da natureza (como a biologia, física, química, etc.), as ciências da sociedade estão dentro

do seu próprio objeto de estudo, pois todo conhecimento é um produto social. A Sociologia é dividida em diversas áreas de pesquisas, como, a título de exemplo, os campos da Demografia social, Microsociologia, Sociologia ambiental, Sociologia da administração e Sociologia da educação, objeto de análise do presente trabalho.

O ambiente escolar, enquanto agente especializado na transmissão de modos de raciocinar, agir e sentir, é, ensina Fernandes (2010), o objeto de estudo central da Sociologia da educação, ou Sociologia educacional, como também é conhecida. Tanto os processos institucionais e organizacionais nos quais a sociedade se baseia para prover educação a seus integrantes, como as relações sociais que marcam o desenvolvimento dos indivíduos neste processo são analisadas por esta disciplina.

O estudo de sociedades detentoras de culturas distintas proporciona ferramentas importantes nesta análise. Os conhecimentos de como diferentes culturas se reproduzem e educam seus indivíduos permite uma aproximação dos processos mais estruturais que compõem a educação de uma forma mais ampla. A sociologia da educação é a extensão da sociologia que estuda a realidade socioeducacional. Ela oportuniza aos pesquisadores, como será

apontado no presente trabalho, compreender que a educação se dá no contexto da sociedade, e não apenas na sala de aula, caracterizando a relação que há entre ser humano, sociedade e educação através de diferentes teorias sociológicas (BRAMELD, 1967). Segundo Durkheim, a sociologia da educação serviria para os futuros professores para uma nova moral laica e racionalista, sem influência religiosa.

A sociologia da educação começou a se consolidar por Marx e Engels, como o pensamento sobre as sociedades de seu tempo, criando uma relação de educação e produção. As concepções deles, mas não somente deles, têm como início a revolução industrial, criando a educação politécnica, que combina a instituição escolar com o trabalho produtivo, acreditando que dessa relação nasceria um dos mais poderosos meios de transformação social. Em suma, a sociologia foi criada pela necessidade do sistema capitalista, fazendo a junção do conhecimento ao trabalho para assim ter uma obtenção maior de lucro no trabalho e na produção.

O estudo sociológico da educação no Brasil iniciou-se contando com a compreensão dos pioneiros da nossa renovação escolar, inaugurada como área de pesquisa autóctone pela obra de Fernando de Azevedo, cedo introduzida nos

currículos dos cursos de formação pedagógica, a Sociologia da Educação parecia destinada a trazer a contribuição que lhe cabe fazer ao progresso nacional: a de iluminar a realidade, para que a Pedagogia pise em terreno firme.

É notória em nossa época que a mudança cultural se precipita com assombrosa rapidez. Isto confronta as sociedades modernas com a necessidade de rever as doutrinas orientadoras da sua prática educacional, porque nascidas em determinados períodos históricos, refletem os problemas e as soluções particulares deles.

Nesse diapasão, na educação presente, o passado encontra-se com o futuro e a tríplice perspectiva é prenhe de incertezas, as quais, ao homem moderno, repugna escamotear. Queremos saber o que queremos, por que queremos, e como podemos atingir nossos objetivos. Dentro dessa conjuntura, o presente trabalho pretende abordar sucintamente a contribuição da Sociologia Educacional a esta hodierna tarefa reflexiva (RIBEIRO, 2003), proporcionando subsídios para melhor apreciação da educação e suas diversas nuances, no sentido de fornecer subsídios para aprimorar a formação do docente em Direto.

1. SOCIALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO: CONCEITOS

O termo “educação” é usado na maioria das vezes com um sentido um tanto quanto vago. Dar-lhe precisão alude em definir e circunscrever o objeto das investigações a serem realizadas, e deve, por via de consequência, ser a preocupação inicial nesse momento. É elementar distinguir o termo citado nitidamente do conceito de “socialização”, que é, por sua natureza, mais amplo e geral. Ao tentar fazê-lo, não se pretende negar a validade de outras possíveis definições, quando estabelecidas com fitos diferentes das desse estudo.

As palavras não costumam possuir um sentido intrínseco; são frutos de convenções; e como o pensamento científico de maneira frequente se move para áreas ainda não exploradas pelo idioma, ocorrem-lhe distinções novas, às quais um rótulo deve ser posto, tomado, diante da falta de alternativa, do acervo já constante do vocabulário. Diante dessa conjuntura, certas palavras vêm a adquirir significados múltiplos, sendo importante que o sentido, pretendido num determinado contexto, seja claramente enunciado, sob pena de uma possível incompreensão. Tanto a Sociologia, como a Pedagogia se encontram diante das mesmíssimas situações, lamentáveis por vezes, haja vista

que as variações de significado de uma palavra idêntica provocam verdadeiros mal-entendidos, mas assim mesmo inevitáveis. Não obstante, é necessário registrar esforços, hodiernamente, para superar tais confusões.

Realizadas as ponderações acima, é prudente abordar a conceituação acerca da ideia de Socialização. Os indivíduos que, a todo instante, chegam a uma sociedade constituem a preciosa substância pela qual esta se perpetuará e renovará (FERNANDES, 2010). Não sendo, contudo, inicialmente mais que organismos inermes, cheios de potencialidades, mas incapazes de sobreviver à custa de sua própria e única atividade, e, muito menos, prontos para oferecer qualquer tipo de contribuição à vida social, são preparados para esta por meio dos chamados processos sociais, cuja ação se denomina *socialização*.

Se socializar denota, então, por um lado, adquirir personalidade social, e, por outro lado, se fazer membro da sociedade em que está inserido e portador da sua cultura, corroborando para sua perpetuação. O processo de socialização abarca o aprendizado de técnicas, a aquisição de sabres (que são elementares para a sobrevivência do indivíduo), a acedência de alguns padrões de conduta social e a interiorização de valores (LESSARD,

2007). Nesse giro, a socialização se procede por comunicação e participação, ou seja, participando de atividades consideradas sociais, a pessoa acaba por adquirir traços culturais, bem como o exercício, imitando os mais maduros em situações concretas. Por processos adequados de comunicação, por exemplo, aprendem as experiências alheias. Insta grifar, sem sombra de dúvidas, a influência da família e da comunidade nos processos de socialização, eis que de suma importância no desenvolvimento de referidos processos.

Quem socializa, assevera Gallo (2003), acaba por incorporar padrões e valores sociais, válidos, na maioria dos casos, para todos os integrantes das sociedades (universais) e outros, que se aplicam somente ao exercício de certos papéis sociais (especiais). Nesse sentido, a criança aprende a falar português, mas também a comportar-se como menino ou menina. O adolescente, por sua vez, apreende as noções morais aceitas pela sociedade em geral, ao lado, daquelas que regem a religião e a profissão que venha a adotar. E cada profissão, ressalte-se, exige, além de habilidades comuns a todas outras que se são peculiares.

As situações referidas acima inferem mais uma distinção: além da *socialização concomitante* no próprio exercício de um papel social, perdura outra,

antecipatória, que nada mais é do que o prepara para um papel social futuro; nem sempre, é importante dizer, a diferenciação entre elas é nítida. Por fim, analisando-se na perspectiva da sociedade, há uma socialização *espontânea*, que se dá sem que ninguém sequer pense nela e também existe a *educação*, cujo estudo se passará agora.

Quando se reserva a terminologia “educação” a um setor, apenas, do amplo campo dos processos de socialização existentes, é conveniente conceituá-la de tal forma que a integração entre o educando e educador seja o principal eixo de estudo. Procedendo-se de tal forma, se obtém a vantagem de não se afastar da corrente linguagem e a chance de concentração do foco de discussão na relevante figura do educador (RIBEIRO, 2003), ou seja, daquele cujas atividades realizadas interessam, principalmente, a uma sociologia voltada para as questões educacionais.

Freire (1979) destaca que os processos educacionais são atividades levadas a cabo pelas gerações mais velhas (seja a família ou a comunidade), sobre as gerações que, por serem jovens, não se encontram preparadas adequadamente para a vida em sociedade (ou vida social), com a nítida intenção de socializá-las. De tal modo, aqueles indivíduos que se encontram mais bem preparados para a vida em

sociedade, tratam de educar os outros que porventura não estejam preparados, assim, garantem a consistência do tecido social.

2. A SOCIALIZAÇÃO COMO ENCULTURAÇÃO

Por intermédio dos processos de socialização as sociedades incorporam os novos elementos humanos que não de perpetuá-la, transmitindo seu patrimônio cultural, que haverão de manter e modificar, adaptando-o, logicamente, às novas condições de vida que enfrentarão. Deste modo, a cultura de uma sociedade envolve um complexo que abarca crenças, informações, arte, moral, usos e costumes, e todos os demais hábitos mantidos pelo indivíduo como membro de uma determinada sociedade.

Outrossim, os inúmeros fatos culturais existentes em uma sociedade, que modernamente tendem a ser cada vez mais complexos, revelam o imperativo de se proceder uma ordenação classificatória de tais fatos, sob pena de suas implicações várias não serem compreendidas. Nesse sentido, podemos, inicialmente, tratar da denominada *cultura material*, que nada mais são do que as técnicas e manejos de instrumentos e equipamentos, de suma relevância, pois nenhuma geração estaria capacitada a inventar, partindo da estaca zero, todo o conjunto de técnicas que lhe

permitisse se defender e ainda aproveitar-se do ambiente natural.

Subsequentemente, temos os *padrões de comportamento social manifesto*. Como no trato com objetos materiais, assim também como no convívio entre os seres humanos, os membros de qualquer sociedade necessitam de maior ou menor número de práxis para empreender uma atividade. Enquanto aquelas, intimamente coligadas à tecnologia, são adequadas à natureza das coisas, outras são estabelecidas por tradicionais *convenções sociais*; tanto as técnicas quanto os padrões de comportamento social manifesto, constituem um conjunto de padrões que antes já foram experimentados e que os jovens acabam por receber imitando os mais velhos, ensinados por meio da instrução, isto é, comunicação verbal ou escrita do conhecimento adquirido por aqueles.

Inegável é a existência de *padrões mentais*. Técnicas e padrões comportamentais manifestos não existem por si só, mas designados a servir as contingências e desejos dos indivíduos. Os desejos desencadeiam sentimentos e atitudes em afinidade a objetos (sejam eles materiais, imateriais ou sociais), os quais, por sua vez, são em ampla parte tradicionais e, embora radicados em mentes individuais, foram formados culturalmente.

No que tange à *organização social*, cabe ressaltar, com Azevedo (1957), que uma ordem de posições e relações sociais, de papéis e valores, de distribuição do poder, de instituições, tais como a família, por exemplo, a propriedade, o Estado, dentre outras, asseguram, nos dias de hoje e dentro da atual conjuntura, o funcionamento da sociedade; tais arranjos, ensina Gallo (2003), denominam-se organização social. Em uma sociedade de caráter complexo, ninguém a conhece cabalmente, mas cada membro necessita de saber, ao menos, aquilo que toca diretamente à posição que ocupa e ao desempenho de seu papel social; deve se compreender a sua posição no conjunto e abraçar atitudes socialmente julgadas adequadas, adquirindo os hábitos correspondentes. Esta característica da socialização compreende, pois, várias nuances e oferece à educação dificuldades peculiares, toda vez que não se realize de forma aceitável por socialização espontânea, como é o caso das complexas sociedades de hoje.

Existem também *elementos simbólicos*. Os símbolos são fenômenos abertamente perceptíveis, socialmente designados para dar significado a algo inacessível aos sentidos. Toda e qualquer sociedade possui de um sistema simbólico de comunicação e também de pensamento, incluindo aí a linguagem oral e escrita.

Todavia, existem ao mesmo tempo símbolos sociais, que tem a função de concretizar valores religiosos, de solidariedade social, de prestígio, de aspirações, dentre outros. Os sistemas científicos, filosóficos e religiosos, erigidos por meio de símbolos, são decorrentes de atitudes e valores de uma sociedade, marcando a *organização do pensamento* ao longo de todo tecido social (RIBEIRO, 2003). Tais sistemas organizam o pensamento racional sendo aprendidos de maneira análoga à aquisição de técnicas materiais, mas oferecem óbice à educação por ser menos evidente a sua aplicabilidade prática e, em virtude disso, provocar menos interesse no educando, precisando-se de maneira constante realizar apelos a valores que, no entanto, não podem imiscuir-se no conhecimento em si, sob pena de deturpação de seu raciocínio.

Ainda que existam sociedades menores, de cultura mais homogênea, a sociedade brasileira e outras sociedades vastas acolhem em seu seio unidades pequenas, que portam, também elas, cultura própria, ou *subculturas*. Estas pequenas unidades arrastam em si mostras próprias da cultura nacional ou então, são elas que, historicamente, deram procedência àquela cultura como a um feitiço geral dos traços, comuns a várias outras subculturas. Em um caso, como no outro, esta benéfica

heterogeneidade, cria alguns empecilhos para os processos educacionais.

Os empecilhos acima referidos ocorrem em uma sociedade ampla, como a brasileira, abrangem-se regiões às quais as diferenças de ambiente, história, composição, etnia, econômicas, dentre outras, aferem a elas caracteres culturais particulares (RIBEIRO, 2003). Costumam variar de uma para outra, a língua, ou dialeto, o vestuário, o folclore, a religião e alguns ares da organização social. Mesmo as comunidades locais podem ter subculturas diferentes de uma para outra, vizinha. Um exemplo claro é uma cidade grande em relação às pequenas.

As amplas sociedades, em suas nuances culturais, tendem a serem compostas de subculturas, envolvidas, na maioria dos casos, uma pelas outras. Assim sendo, as coletividades inseridas em uma sociedade complexa tendem a ter sua própria subcultura, como certas classes sociais e categorias profissionais, os públicos influenciados (ou influenciáveis) pelos meios de comunicação, etc.

As diferenças mencionadas acima, por vezes, colocam o educador, leia-se professor, em uma posição delicada, onde o conteúdo informativo de determinada disciplina em uma região não tem a mesma aplicabilidade (RIBEIRO, 2003), ou mesmo aceitação, do que em outra, o que denota a

importância da Sociologia da educação no sentido de aprover elementos para aprimorar a formação docente, especialmente na esfera do Direito, já que estes profissionais não raro jamais travaram contato com os conteúdos de formação pedagógica (BITTAR, 2006).

3. A SOCIALIZAÇÃO COMO FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE

Pode-se afirmar que o novo ente, recém-nascido, que se oferece como um futuro membro da sociedade e, portanto, portador de sua cultura, começa por ser inicialmente um organismo, possuindo uma potencialidade de desenvolvimento psíquico, mas não uma personalidade propriamente dita. É um ser humano na acepção ética e metafísica, mas passivamente, como objeto de valor social e não como um sujeito de vontade, conhecimento e capacidade. É precisamente a socialização que brota em tal pessoa a humanidade ativa. De tal modo, a concentração da atenção naquilo proporcionado pela socialização, não deve nos conduzir a esquecer do fato psicológico elementar de ser o desenvolvimento das potencialidades obra a ser erigida pelo próprio indivíduo e de ter nele a nascente de sua dinâmica. Nesse sentido, se tem as diversas fases de formação da personalidade.

O homem, possuidor de instintos, quando se depara com alguma situação nova, aprende os meios necessários para com ela lidar, adquirindo progressivamente modos de agir mais flexíveis e adaptáveis a ambientes transformados e mutáveis (GALLO, 2003). O condicionamento de reflexos ao mesmo tempo leva os homens a aprender, de modo semelhante aos animais, à medida que não se governam de forma total por instinto. Deste modo, contraímos hábitos, bem mais passíveis de transformação do que os instintos, semelhantemente aos animais amestrados. Os hábitos nos permitem a contornar facilmente situações idênticas a outras, já experimentadas, para além do recurso a sequencia de tentativas e erros ou acertos, dentre outros.

Para satisfação de suas necessidades, o homem pode contar com a sociedade, que intervém e lhe oferece recursos culturais e auxílio. Tal dependência em relação à sociedade pode ser considerada a força da espécie humana, como também é a fraqueza daqueles que se encontram isolados em tenra idade. Dentro do processo de socialização o ser humano em desenvolvimento percebe que os atos praticados pelos seus iguais são carregados de sentido. Acompanhando essa percepção, ele descobre igualmente que os indivíduos exercem papéis sociais, bem como ocupam

posições dentro da sociedade. Nesse giro, e ainda dentro do seu desenvolvimento e no decorrer de seu processo de interação social, o jovem ser humano aprende a conectar as suas emoções a determinados objetos sociais, vale dizer, organizá-las em sentimentos. Quando os objetos da ação são intrinsecamente carregados de valor para o indivíduo, o sentimento e a atitude não se distinguem essencialmente de apetites, e contradições também a nível animal.

Os símbolos sociais, por sua vez, possuem a função de permitir o exercício de sentimentos, cujo verdadeiro valor é demasiadamente abstrato ou remoto para fazer apelo direto às emoções.

A personalidade não é imutável, pois, ao refletir uma posição social, acompanha as alterações vividas por esta, tanto socialmente normais e previsíveis, como as derivadas de ocorrências especiais, quer na vida da sociedade ou do indivíduo. As mudanças de posição no decorrer da vida são comuns: criança, adolescente, adulto, diferenças entre categorias profissionais, religiões, etc. Desta forma, a personalidade individual se altera com o tempo, sem, contudo, perder sua continuidade.

Nesse sentido, variadas são as personalidades no conjunto de uma sociedade. Elas são desiguais uma das outras, mesmo não se levando em apreço os fatores puramente pessoais de

temperamento e experiências características. A sociedade abrange um sistema de posições sociais padronizadas, às quais se justapõem padrões e perspectivas de comportamento diferenciais: homem e mulher, por exemplo; patrão e subordinado; lavrador e comerciante. A cada uma dessas posições ocupadas corresponde uma, assim denominada personalidade-status, ou seja, o conjunto de modos de sentir, pensar e agir que se espera dos ocupantes de cada posição e que normalmente neles também se encontra. No que diz respeito a formação do docente em Direito, estes dados são de peculiar importância.

4. UNIDADE E DIFERENCIAÇÃO NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO

Segundo Fernandes (2008), toda sociedade conhecida aquinhoa os afazeres imprescindíveis à sua existência segundo categorias sociais. Diante de recursos limitados e da atual conjuntura política e econômica, a uniformidade de modos pelos quais os homens aprovizionam os seus viveres, levaria fatalmente à competição perniciosa de todos contra todos, à rivalidade generalizada e, por via de consequência, à desagregação social. Ao se diferenciar, a sociedade, pelo menos em tese, ganharia em duas frentes: por um lado, admitiria a especialização e uma maior pujança de cada trabalho e melhor

aproveitamento dos recursos e, por outro lado, proporciona melhor rentabilidade ao esforço coletivo, possibilitando que ocupações complementares e simultâneas totalizem um conjunto complexo, capaz de empreender recursos fora do alcance de uma simples reunião de energia de caráter homogêneo.

Para que se dê a especialização, mister se faz que ocorra uma socialização especializada. No nível mais básico, esta ocorre no próprio exercício da atividade e relaciona-se a uma diferenciação das situações de aprendizagem: assumindo, a título de exemplo, um papel na agricultura, o indivíduo há de se tornar um lavrador pelo cultivo de vegetais. Todavia, a diferenciação das situações de aprendizagem, juntamente ao exercício, não satisfaz para se contrair a aptidão para todas as especializações imprescindíveis dentro de uma sociedade complexa. Como destaca Ribeiro (2003), muitas delas exigem conhecimentos e habilidades para que o ser humano possa se iniciar no desempenho delas; tais são os casos do médico, do advogado, do sacerdote e do operário qualificado.

A supramencionada socialização antecipatória, cardeal campo de ação da educação (ou seja, da socialização intencional) esbarra em dificuldades especiais quando as posições a serem

ocupadas pelos educandos não são passíveis de previsão; duas circunstâncias sociais acabam por atrapalhar essa espécie de socialização: a mudança cultural e a mobilidade social, que consiste na passagem de uma pessoa de uma posição para outra em determinada esfera da vida em sociedade, principalmente na esfera ocupacional.

Nas sociedades consideradas abertas, a mobilidade se realiza quase que unicamente por aquisição de posições, ou seja, em função de iniciativa do próprio indivíduo, sendo atribuídas quase somente as decorrentes por uma necessidade, por assim dizer, natural, das fases biológicas da vida do indivíduo. A ascensão e queda dentro do status social são determinadas, de maneira geral, pelo nível de escolaridade, de forma que um indivíduo que possui alto nível de escolaridade tende a ser detentor de um status social maior, o que ressalta a importância da Sociologia da educação no âmbito escolar/acadêmico (DEMO, 2005).

Os processos de socialização criam certa unidade social, de tal forma que a diferenciação e a interdependência, por ela produzida, são fortes fatores de coesão social. Contudo, a socialização nunca deixa de se fazer em certos aspectos universais da cultura, também, sem os quais a sociedade não se conservaria unida e nem a divisão do trabalho social poderia funcionar.

Os usos e costumes, lembra Fernandes (2010), regulam o convívio; sem embargo, a sociedade também preserva sua unidade através de elementos simbólicos como o idioma, que a maioria dos povos considera a unidade dele, embora ocorram variações de dialetos, como fundamental à eficácia de sua vida em comum.

Por conseguinte, o processo de socialização, e inevitavelmente, de educação encontra-se intimamente ligado às questões entorno da unidade e diferenciação, carecendo as metodologias educacionais (GARCIA, 2018) no âmbito da formação do professor de Direito que atente para tais processos.

5. A EDUCAÇÃO ENTRE TRADIÇÃO E MUDANÇA

Até o presente momento, destacou-se o aspecto essencial desempenhado pela socialização como transferência do patrimônio cultural acumulado e como fator de formação da personalidade em função dele. Com efeito, neste sentido a socialização é essencialmente conservadora, pois a sociedade ao promovê-la não pode oferecer aos jovens senão aquilo que tem (DEMO, 2005), observando-se ainda as questões ideológicas, como na sociedade hodierna, orientada por um neoliberalismo feroz e que tende a fomentar tal ideologia.

Socializar-se não deixa de equivaler a viverem em sociedade, experimentado seu ímpeto e reagir a ela, tal como ela é. Algo apinhado de paradoxo é, assim, a situação do educador, que pretende preparar a nova geração, não, apenas, no seio e em função de uma tradição, mas também para posições que irá futuramente ocupar, quando a cultura se modifica durante o momento consagrado à educação.

Nesse diapasão, se pode afirmar que qualquer cultura de determinada sociedade sempre se altera. A cultura não é um elemento real, mas, sim, um acervo de padrões de comportamento, adotado por pessoas; no comportamento é que realmente ocorrem mudanças, quando discrepa das formas tradicionais. Alguns desvios esporádicos deixam a sociedade indiferente ou incita uma reação social no sentido de erradicá-lo. Porém, quando tal desvio se generaliza, sem que sanções sejam aplicadas com o fito de sufoca-lo, o padrão tradicional se encontra ameaçado e tende a esvaecer, podendo dar lugar a um novo padrão.

As mudanças geralmente não chegam ao extremo de erradicar por completo um padrão, mas sim promovem alterações nos usos e técnicas não considerados imperativos pela sociedade. Quando se trata de costumes, tido como elementares e necessários, as presumíveis

modificações não de despertar desconfiança e receio, sendo combatidas mais vigorosamente. Uma resistência forte também se verifica em padrões especiais, relacionados a certas posições sociais, das quais são tidos como expressões simbólicas.

Em sentido oposto, são conhecidos vários exemplos de mudança em padrões tecnológicos, mas acarretando imprevisto impacto em situações sociais em função das quais os padrões morais se tinham elaborado – situação que contrasta com o tradicionalismo exacerbado dos cursos jurídicos ministrados no Brasil.

Quanto mais a fundo uma inovação ou o abalo de um traço cultural atinge um sistema de valores, mais complexa é a mudança dentro de uma sociedade. As dificuldades se elevam quando um traço de cultura é introduzido de fora de determinado meio social, como, por exemplo, quando impostas por um país a outro. Contudo, as crises provocadas pelas mudanças só não se agravam de forma demasiada por existir o fator aceitação, que se dá quando uma sociedade acolhe o novo padrão cultural.

No caso do Brasil, a mudança cultural, como destaca Fernandes (2010), já é um padrão consolidado, fazendo parte de nossa tradição. A educação o transmite com esta e, formando a personalidade moderna, busca dar-lhe flexibilidade, por um lado,

consistência de vontade pelo outro, isto é, a envergadura de agir, em cumprimento de valores reconhecidos como apropriados, dentro de uma realidade em que eles se exprimem sob formas mutáveis. Tal princípio pedagógico, os mais velhos dos nossos atuais mestres absorveram-no na juventude, cabendo a eles, bem como a toda sociedade, promover, na hipótese vertente, a formação do professor de ciências jurídicas, dando conta das tradições, porém sem desconsiderar as mudanças dentro do corpo social, conjuntura na qual a Sociologia da educação representa um aporte inestimável para se agregar a tal formação.

6. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE DIREITO E A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO PARA O SEU APRIMORAMENTO

O ato de educar denota influir de maneira intencional na socialização dos indivíduos. Essa atividade é conduzida pela sociedade como um todo e concretamente desempenhada por órgãos específicos dela. Para compreender a sua estrutura e funcionamento deve-se ver sobre o fundo do processo mais geral da socialização, analisar as instituições que a servem e, finalmente, esclarecer as consequências e as entaves da sua intencionalidade, sendo tais

meditações objeto da sociologia da educação.

Nesse passo, necessário se faz tentar uma definição do que são as instituições sociais. Por instituição compreendem-se formas estabelecidas ou maneiras de proceder por meio dos quais se realiza a atividade grupal. Ressalta-se que instituições não são grupos sociais, pois incluem apenas as atividades das pessoas envolvidas e, não, estas próprias.

Diferenciar uma instituição de outra é obra do cientista, que as analisa, do que da realidade social. As necessidades sociais fundam uma rede extremamente intrincada, da qual somente abstratamente se pode separar uma da outra. O sociólogo preocupado com a educação há de destacar uma necessidade educacional e as práticas educacionais orientadas a satisfazê-la, na medida em que se conduzam por formas estabelecidas de procedimentos.

Caracterizando a relação existente entre a instituição e as necessidades sociais, temos a palavra função (que se refere ao papel que uma atividade representa na vida social). A íntima relação que existe entre as funções sociais das instituições e os desígnios que as ações humanas se alvitram, é manifesta, encontrando-se no limiar da análise da intencionalidade da educação. Em conformidade com o exposto acima, a educação vem a ser um setor da

socialização, em que a ação de adultos, exercida sobre jovens, é intencional, isto é, conscientemente dirigida para objetivos.

De tal modo, existindo a intencionalidade da educação esta se encontra na pessoa do educador. Ele é quem quer, realmente, efetivar a educação, enquanto que a sociedade apenas deseja e, para tanto, a Sociologia da educação fornece amplas e elaboradas ferramentas que necessitam serem aproveitadas ao máximo na formação do educador de Direito,

Nessa toada, cabe um parêntese para sublinhar que, majoritariamente nos cursos de direito ministrados em instituições privadas, a docência decorre de um convite, em razão do sucesso profissional ou status social atingido pelo novel docente, dispensando-se o teor pedagógico ao argumento de que é supérfluo ou desnecessário para uma atividade de ensino (VENTURA, 2004). Assim os professores (quase sempre) não dominam a didática e a metodologia do trabalho científico, disseminando saberes que nem sempre são adequadamente absorvidos pelo corpo discente, situação fática que repete na pós-graduação, o que poderia ser suavizado com o precioso auxílio da Sociologia da Educação aliada à formação do docente em Direito.

Para o indivíduo imaturo que esta a se socializar, a educação é um componente absoluto e indiscutivelmente central de seu ambiente (FREIRE, 1996). Esse componente é poderoso em virtude de sua ação sobre os demais; proporciona experiências e vedam outras, assiste ao jovem na explicação de fatos, desestimula ou estimula, enfim, orienta a aprendizagem. Aliar a caixa de ferramentas ofertada pela Sociologia da educação em referidos processos é ampliar sua qualidade.

As duas grandes instituições educativas, que sobressaem sobre as demais são a família e a escola (MANONNI, 1977), cumprindo funções claramente díspares neste processo. Se por um lado a família é uma comunhão de experiência, na qual a educação converge com outras funções e se faz grandemente por participação na vida do grupo, se tornando precária, à medida que a família perde funções, por outro, a escola, como órgão especializado (LESSARD, 2007), tende de maneira robusta a segregar na vida social exterior e concentrar os seus esforços na comunicação da experiência indireta (ou seja, na instrução).

Igualmente, como pontua, Lessard (2007), a Sociologia da educação pode ser de grande valia ao passo que fornece insuperáveis subsídios aos processos e práticas educacionais na formação do docente em Direito, pois também medita

sobre o trabalho docente, sendo este parte integrante do processo educativo mais global pelo qual os membros da sociedade são preparados para a vida social.

CONCLUSÃO

À quisa de conclusão, podemos inferir que na sociedade os indivíduos necessitam adquirir preparo para a vida, sendo este uma das principais metas da educação, que deve preparar os indivíduos para uma participação ativa e transformadora nas diversas instâncias da vida social.

Destarte, não existe sociedade sem prática educativa da mesma maneira que não existe prática educativa sem sociedade, pois a educação é um fenômeno social e como tal é estudada pela Sociologia da educação, disciplina que analisa os processos sociais que se dão em relação ao ensino e à aprendizagem. Os processos sejam institucionais ou organizacionais, nos quais a sociedade se ampara para desenvolver a educação a seus membros, como as relações sociais que marcam o desenvolvimento dos indivíduos em tais processos são analisados pela sociologia educacional.

Portanto, considerando todo o aqui sucintamente fundamentado, o acolhimento da Sociologia da educação é absolutamente

fundamental para alargar a formação docente do professor de Direito no Brasil.

Nessa perspectiva, pensar em promover o avanço da formação pedagógica dos professores de Direito no sentido aqui proposto é pensar no aprimoramento de práticas educacionais, que careceriam ser perfilhadas como imperativas pelos professores, pelas instituições e pela própria lei, garantindo melhoramentos tanto a comunidade acadêmica quanto a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando de. Sociologia Educacional. 4ª Ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1957.
- BITTAR, E.C.B. Estudos sobre ensino jurídico: pesquisa, metodologia, diálogo e cidadania. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BRAMELD, Theodore. O Poder da Educação, trad. de Deny Felix Fonseca. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- DEMO, Pedro. A Educação do Futuro e o Futuro da Educação. 1ª Ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.
- FERNANDES, Florestan. Leituras & Legados. 1ª Ed. São Paulo: Editora Global, 2010.
- FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. 1ª Ed. São Paulo: Editora Global, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.
- GALLO, Sílvio. Deleuze e a Educação. 1ª Ed. São Paulo: Editora Autêntica, 2003.
- GARCIA, J. Avaliação e aprendizagem na educação superior. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/ae/arquivos/1489/1489.pdf>. Acesso em 02/04/2018.
- LESSARD, Claude; TARDIF, Maurice. O trabalho docente. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MANNONI, Maud. Educação impossível. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Francisco Alves, 1977.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: A Organização escolar. 19. Ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- VENTURA, D. Ensinar direito. Barueri/SP: Manole, 2004

